TCE-PI

DIAGNÓSTICO DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA ESTADUAL • Exercício 2022

Programa Nacional de Transparência Pública da Associação Nacional de Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon)

DIAGNÓSTICO DA TRANSPARÊNCIA ESTADUAL 2022

TC/012695/2022 **Exercício de Referência:** 2022

Plano Anual de Controle Externo (PACEX 2022/2023): Avaliação da qualidade dos portais de transparência dos órgãos e entidades estaduais (Governança – tema 36)

Tipo de processo	Levantamento
Relator(a)	Jackson Nobre Veras
Procurador(a)	Leandro Maciel do Nascimento
Ato originário:	Plano Anual de Controle Externo (PACEX) 2022/2023 - Aprovado pela Decisão Plenária nº 41/2022, sessão nº 009 de 24/03/2022, publicada no Diário Oficial do TCE-PI em 28/03/2022.
Objetivos:	Avaliar os portais da transparência dos órgãos e entidades estaduais para adoção de medidas visando ao aprimoramento do acesso à informação e viabilização do controle social

Unidades Jurisdicionadas	**Gestor**
Assembleia Legislativa do estado do Piauí	Themístocles de Sampaio Pereira Filho
Defensoria Pública do estado do Piauí	Erisvaldo Marques dos Reis
Procuradoria Geral de Justiça	Cleandro Alves de Moura
Poder Executivo do estado do Piauí	Maria Regina Sousa
Tribunal de Contas do estado do Piauí	Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins
Tribunal de Justiça do estado do Piauí	José Ribamar Oliveira

Composição da equipe de fiscalização:

Nome	Matrícula
Fames Borges Mendes	98.222-9
Tércio Gomes Rabelo	98.474-4
Supervisor	Ítalo Gabriel Almeida Rocha
Credenciamento	Portaria nº 761/2022
Período de realização dos trabalhos	13/09/2022 a 30/09/2022
Volume de recursos fiscalizados:	Não se aplica

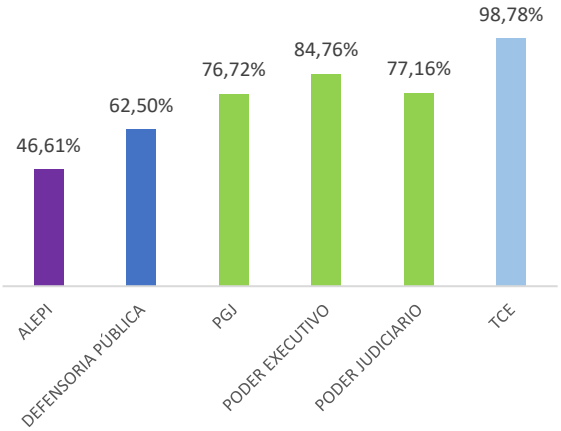
EM RESUMO

Por que o levantamento foi feito?

Constatou-se a necessidade de realizar, anualmente, um levantamento capaz de retratar a situação dos portais e estabelecer parâmetros para atuação do controle externo, além de fomentar a competição e inovação no campo do acesso à informação, com o estabelecimento de *rankings* e fragilidades a serem combatidas, com base na IN 04/2022, a qual foi elaborada de acordo com as diretrizes do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP).

O que o TCE encontrou?

O panorama da transparência dos portais dos entes estaduais atingiu a pontuação média de 74,42% em seu índice de transparência, classificando-se da seguinte forma:



Contexto e benefícios esperados

□ Com o advento e consolidação da *internet* como meio de comunicação instantâneo e que rompe distâncias consideradas antes intransponíveis, inclusive entre poder público e administrados, foram criadas oportunidades para o aprofundamento da participação social na gestão pública, desde o controle social à tomada de decisões junto aos gestores.

□ Atento a essas mudanças e oportunidades, o legislador criou uma série de deveres aos representantes dos mais diversos órgãos e entidades de todas os níveis federativos para a promoção do acesso à informação pelos meios de comunicação digitais disponíveis, de modo a diminuir entraves burocráticos, facilitar e tornar o acesso a dados e informações de interesse individual e coletivos módico e intuitivo.

□ O Tribunal de Contas do Estado do Piauí, importante ator na consolidação do governo orientado a dados e da gestão de políticas baseadas na ampla discussão que as novas tecnologias propiciam, nesse contexto, passa a atuar como um impulsionador do uso das ferramentas de acesso à informação por seus jurisdicionados, por meio de avaliações da existência e da qualidade, por exemplo, dos portais da transparência disponibilizados na rede mundial de computadores.

□ Dessa forma, pretende-se contribuir no desenvolvimento da cultura da transparência e no fortalecimento das boas práticas observadas, bem como no enfrentamento mais racional e eficiente das dificuldades tanto do acesso como da disponibilização dos dados e informações de interesse público.

□ Com o aprimoramento da cidadania e do controle social, espera-se, também, apoiar outros órgãos de controle da Administração Pública, que poderão passar a contar também com a vigilância e atuação dos mais diversos atores sociais.

SIGLAS UTILIZADAS NO RELATÓRIO

ATRICON	Associação Nacional de Membros dos Tribunais de Contas do Brasil
CF/1988	Constituição Federal de 1988
DAJUR	Divisão de Apoio aos Jurisdicionados (TCE-PI)
DFAE	Diretoria de Fiscalização da Administração Estadual (TCE-PI)
DFESP	Diretoria de Fiscalizações Especializadas (TCE-PI)
e-SIC	Serviço de informações ao cidadão (eletrônico)
IN	Instrução Normativa
LC	Lei Complementar
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei orçamentária anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
PACEX	Plano Anual de Controle Externo (TCE-PI)
PNTP	Programa Nacional de Transparência Pública
PPA	Plano Plurianual
RGF	Relatório de Gestão Fiscal
SECEX	Secretaria de Controle Externo (TCE-PI)
SIC	Serviço de informações ao cidadão
SRP	Sistema de Registro de Preços
TCE-PI	Tribunal de Contas do Estado do Piauí
URL	*Uniform Resource Locator* (Localizador de Padrão de Recursos)

ILUSTRAÇÕES DO RELATÓRIO

- Figuras

Figura 1 – Infográfico: Índice de transparência de acordo com o nível (percentual) alcançado na avaliação 10

- Gráficos

Gráfico 1: Percentual de pontuação por categoria – Assembleia Legislativa 15
Gráfico 2: Percentual de cumprimento por tipo de requisito (Essencial, Obrigatório, Recomendado) – Assembleia Legislativa 16
Gráfico 3: Percentual de pontuação por categoria – Defensoria Pública do Estado do Piauí 16
Gráfico 4: Percentual de cumprimento por tipo de requisito (Essencial, Obrigatório, Recomendado) – Defensoria Pública do Estado do Piauí 17
Gráfico 5: Percentual de pontuação por categoria – Procuradoria Geral de Justiça 17
Gráfico 6: Percentual de cumprimento por tipo de requisito (Essencial, Obrigatório, Recomendado) - Procuradoria Geral de Justiça 18
Gráfico 7: Percentual de pontuação por categoria – Poder Executivo do Estado do Piauí 18
Gráfico 8: Percentual de cumprimento por tipo de requisito (Essencial, Obrigatório, Recomendado) – Poder Executivo do Estado do Piauí 19
Gráfico 9: Percentual de pontuação por categoria – Tribunal de Contas do Estado do Piauí 19
Gráfico 10: Percentual de cumprimento por tipo de requisito (Essencial, Obrigatório, Recomendado) – Tribunal de Contas do Estado do Piauí 20
Gráfico 11: Percentual de pontuação por categoria – Tribunal de Justiça do Estado do Piauí 20
Gráfico 12: Percentual de cumprimento por tipo de requisito (Essencial, Obrigatório, Recomendado) – Tribunal de Justiça do Estado do Piauí 21

- Quadros

Quadro 1 – Conteúdo mínimo da divulgação em local de fácil acesso (art. 8º, § 1º, da Lei nº 12.527/2011) 12
Quadro 2 – Categorias – Matriz de análise da transparência 13

- Tabelas

Tabela 1: Pontuação por categoria e Tipo de aplicação (Matriz comum/Específica) 9
Tabela 2 – Resultados – panorama da transparência 14

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 7
1.1. Do processo de levantamento 7
1.2. Dos objetivos do trabalho 7
1.3. Da metodologia aplicada 8
2. VISÃO GERAL DO OBJETO 10
3. RESULTADOS 14
3.1. Índice de transparência 14
3.1.1. Assembleia Legislativa 15
3.1.2. Defensoria Pública do Estado do Piauí 16
3.1.3. Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Piauí 17
3.1.4. Poder Executivo do Estado do Piauí 18
3.1.5. Tribunal de Contas do Estado do Piauí 19
3.1.6. Tribunal de Justiça do Estado do Piauí 20
4. CONCLUSÃO 21
5. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTOS 21
6. APÊNDICES 23
Apêndice A- Respostas estruturadas da Assembleia Legislativa 23
Apêndice B- Respostas estruturadas da Defensoria Pública 28
Apêndice C- Respostas estruturadas da Procuradoria Geral de Justiça 32
Apêndice D- Respostas estruturadas do Poder Executivo 36
Apêndice E- Respostas estruturadas do Tribunal de Justiça 41
Apêndice F- Respostas estruturadas do Tribunal de Contas 45

1. INTRODUÇÃO

1.1. Do processo de levantamento

O levantamento é um dos instrumentos de fiscalização de que dispõe o Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) para exercer sua atividade finalística de controle externo da Administração Pública.

> Art. 177 [Regimento Interno do TCE-PI] – São Instrumentos de fiscalização: I – a auditoria; II – a inspeção; III – o levantamento; IV – o acompanhamento; V – o monitoramento. [g.n.]

De acordo com o art. 2º da Resolução nº 10/2020 do TCE-PI, a fiscalização através de levantamento pode ter por finalidade:

> I – conhecer a organização e o funcionamento dos órgãos e das entidades da administração direta, indireta e fundacional do Estado e dos Municípios, incluindo fundos e demais instituições que lhe sejam jurisdicionadas, assim como dos sistemas, dos programas e das ações governamentais sob os aspectos contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial; II – definir o objeto de futura fiscalização; III – indicar os meios e os instrumentos a serem aplicados em futura fiscalização; IV – avaliar a viabilidade da realização de fiscalizações de outra natureza.

Em razão do processo de levantamento não acarretar determinações e responsabilização de gestores, os seus resultados são levados a conhecimento do público com fins informativos e pedagógicos, sem prejuízo da instauração de fiscalizações autônomas ou da repercussão nos processos de contas com base nos dados apurados.

1.2. Dos objetivos do trabalho

Desde a instituição das obrigações de transparência por meio da rede mundial de computadores (internet), o TCE-PI atua na avaliação dos portais disponibilizados pelos órgãos e entidades submetidos à sua jurisdição. Essa fiscalização, historicamente, era realizada em processos específicos para cada órgão ou entidade, com análise da conformidade dos portais em processos de contas ou em demandas advindas do controle social (denúncias e representações), de forma individualizada.

Com o objetivo de conhecer a situação atual dos portais de transparência estaduais, bem como estabelecer diretrizes para a tomada de providência visando à superação dos problemas mapeados, optou-se pela utilização do instrumento do levantamento para o diagnóstico global dos portais dos entes estaduais, quais sejam:

- Assembleia Legislativa
- Defensoria Pública
- Poder Executivo do Estado do Piauí
- Procuradoria Geral de Justiça
- Tribunal de Contas do Estado do Piauí
- Tribunal de Justiça do Estado do Piauí

Assim, com o diagnóstico dos portais analisados, permite-se:

a. Estabelecer o panorama geral da transparência no Estado e ranquear jurisdicionados;

b. Identificar os problemas e fragilidades mais recorrentes;

c. Direcionar a atuação quanto ao tema da transparência por critérios de risco e materialidade;

d. Fomentar o controle social, por meio de informações de fácil compreensão sobre a transparência em todo o Estado.

Por fim, importante frisar que o levantamento da situação dos portais de transparência estadual não visa substituir as apurações que já ocorriam mediante outros instrumentos de fiscalização, para fins de responsabilização subjetiva dos gestores públicos e exercício do contraditório.

1.3. Da metodologia aplicada

A metodologia é baseada no Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), incorporado pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí através da Instrução Normativa 04/2022[1].

Salienta-se que preliminarmente, cada unidade de controle interno realizou a avaliação da Transparência Pública de sua unidade, cabendo posteriormente o Tribunal de Contas realizar o procedimento de reavaliação pela equipe de auditoria.

[1] Altera a Instrução Normativa TCE-PI nº 01, de 11 de abril de 2019, que dispõe sobre a forma de avaliação, por parte do Tribunal de Contas do Estado do Piauí – TCE/PI, dos sítios e/ou portais de transparência dos entes sujeitos à sua jurisdição

Nesse contexto, a reavaliação foi realizada aplicando-se a matriz da Transparência nos termos da IN, em questões do tipo "Sim/Não", sendo em cada questão classificada por tipo de matriz, que pode ser do tipo comum (aplicável a todas unidades fiscalizadas), e do tipo específicas (aplicável de acordo com a natureza da unidade avaliada).

Além disso, cada questão aplicada (seja em matriz comum ou específica) é classificada como:

. Essencial: 3 pontos

. Obrigatória: 2 pontos

. Recomendada: 1 ponto

Em cada questão, caso a resposta seja apresentada como "Sim", deverá se evidenciar com o link de justificativa.

Tabela 1: Pontuação por categoria e Tipo de aplicação (Matriz comum/Específica)

	Categoria	*Aplicação*	*Pontuação*
1	Informações prioritárias	Matriz comum	5
2	Informações institucionais	Matriz comum	15
3	Receita	Matriz comum	35
4	Despesa	Matriz comum	41
5	Recursos Humanos	Matriz comum	17
6	Diárias	Matriz comum	22
7	Licitação, dispensas, inexigibilidades e atas de adesão	Matriz comum	24
8	Contratos celebrados	Matriz comum	16
9	Relatório de Gestão Fiscal	Matriz comum	13
10	Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)	Matriz comum	19
11	Acessibilidade	Matriz comum	10
12	Ouvidorias	Matriz comum	4
13	Boas práticas	Poder Executivo	16
14	Instrumentos da gestão fiscal e do Planejamento	Poder Executivo	21
15	Relatórios da transparência da gestão fiscal	Poder Executivo	11
16	Serviços e atividades de interesse coletivo (Legislativo)	Poder Legislativo	30
17	Serviços e atividades de interesse coletivo (Judiciário)	Poder Judiciário	11
19	Serviços e atividades de interesse coletivo (Ministério Público)	Ministério Público	11
20	Serviços e atividades de interesse coletivo (Defensoria Pública)	Defensoria Pública	4

Uma vez obtida a soma dos itens "Sim" de uma unidade fiscalizada, divide-se esse valor pela pontuação máxima possível daquele, chegando-se a Nota Final, a qual pode se encaixar em uns seguintes índices:

Figura 1 – Infográfico: Índice de transparência de acordo com o nível (percentual) alcançado na avaliação

2. VISÃO GERAL DO OBJETO

A soberania popular, estabelecida no parágrafo único do art. 1º da Constituição Federal (CF/1988), pressupõe o exercício efetivo da cidadania, a qual só se desenvolve em um ambiente de transparência na atividade da Administração Pública.

Pelo princípio da publicidade, o cidadão tem o direito de conhecer os atos dos agentes públicos, bem como os resultados da gestão dos recursos empregados para desenvolver e manter as atividades e cumprir os objetivos estatais, inclusive como forma de garantir a adequação da atuação desses agentes aos demais princípios estabelecidos no art. 37, *caput*, da CF/1988, ou seja, da legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência.

Reconhecendo o caráter essencial da transparência para o controle social da Administração, o ordenamento jurídico brasileiro dispôs de normas das mais variadas hierarquias para garantir o direito de acesso à informação. Na constituição, destacam-se os seguintes postulados:

> Art. 5º. [...]
>
> XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional; [...]
>
> XXXIII – todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas na forma da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

> Art. 37. [...]
>
> § 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente: [...] II - o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII.

É notório, portanto, que o legislador buscou salvaguardar tanto o acesso a informações de interesse particular como àquelas de interesse coletivo ou geral, por meio de instrumentos jurídicos como o direito de petição (art. 5º, XXXIV, *a*, CF/1988), possibilidade de obtenção de certidões (art. 5º, XXXIV, *b*, CF/1988) e de concessão de *habeas-data* (art. 5º, LXXII, CF/1988).

No que diz respeito à obtenção de informações públicas, em novembro de 2011 foi sancionada a Lei nº 12.527, com o objetivo de regulamentar a forma e condições para do acesso à informação, com aplicação aos três Poderes de todas as esferas de governo (União, Estados, Distrito Federal e Municípios).

Antes, porém, já existiam regras sobre transparência da gestão fiscal na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF – Lei Complementar LC nº 101/2000), as quais foram objeto de alterações pelas LC nº 131 e LC nº 156/2016, que modificaram, entre outros dispositivos, o art. 48, além da inclusão do art. 48-A.

> Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.
>
> § 1º A transparência será assegurada também mediante:
>
> [...] II - liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público [...].
>
> Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:
>
> I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do

> correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;
>
> II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

Nota-se que, desde essas alterações na LRF, existe uma tendencia à primazia do fomento à transparência ativa dos órgãos e entidades da Administração direta e indireta de todas as esferas de governo, ou seja, a divulgação das informações de interesse público deve ser automática e de iniciativa dos próprios administradores.

Assim, a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) estabelece como diretrizes:

> Art. 3º [...] I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção; II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações; III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação; IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública; V - desenvolvimento do controle social da administração pública.

Já o art. 8º da Lei nº 12.527/2011 traz expressamente o dever de transparência ativa dos órgãos e entidades públicas, estabelecendo o mínimo a ser divulgado:

Quadro 1 – Conteúdo mínimo da divulgação em local de fácil acesso (art. 8º, § 1º, da Lei nº 12.527/2011)

□ Registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público
□ Registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros
□ Registros das despesas
□ Informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados
□ Dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades
□ Respostas a perguntas mais frequentes da sociedade

Para o cumprimento dessas obrigações, os órgãos e entidades devem utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet), conforme § 2º do art. 8º (Lei nº 12.527/2011).

No âmbito do TCE-PI, foi editada a Instrução Normativa nº 04/2022, que alterou a Instrução Normativa TCE-PI nº 01, de 11 de abril de 2019 (que dispõe sobre a forma de avaliação, por parte do Tribunal de Contas do Estado do Piauí – TCE/PI, dos sítios e/ou portais de transparência dos entes sujeitos à sua jurisdição). A avaliação é realizada por meio de diversas modalidades de processos de fiscalização, com base nos critérios constantes na Matriz de Fiscalização da Transparência, documento anexo ao normativo do TCE-PI, que pode ser consultado clicando aqui (para mais detalhes, ver tópico 1.3).

As questões da Matriz foram divididas nas categorias:

Quadro 2 – Categorias – Matriz de análise da transparência

Categoria	Fundamentação legal
Informações prioritárias	Art. 8º da Lei 12.527/2011
Informações institucionais	Art. 8º, § 1°, incisos I e VI, e § 3°, inciso VII, da Lei 12.527/2011 e; art. 37, *caput*, da CF/1988
Receita	Arts. 48, § 1°, II e 48-A, inciso II da LRF; art. 8º, § 1°, incisos I, II, III e VI da Lei 12.527/2011; art. 8°, inciso II, do Decreto n° 10.540/2020 e; art. 37, *caput*, da CF/1988
Despesa	Arts. 48, § 1°, II e 48-A, inciso I da LRF; art. 8º, § 1°, incisos I, II, III e VI da Lei 12.527/2011; art. 8°, inciso I, do Decreto n° 10.540/2020 e; art. 37, *caput*, da CF/1988
Recursos Humanos	Art. 37, *caput* (moralidade e publicidade), e 39, § 6° da CF/1988; arts. 3°, I, II, III, IV e V e art. 8°, da Lei n° 12.527/2011
Diárias	Art. 48-A, I, da LRF; arts. 3°, I, II, III, IV e V, 7? VI e art. 8°, da Lei n° 12.527/2011; art. 37, caput, da CF/1988 e; art. 8°, inciso I, do Decreto n° 10.540/2020
Licitação, dispensas, inexigibilidades e atas de adesão	Art. 48-A, I, da LRF; art. 8°, § 1°, inciso IV, da Lei n° 12.527/2011; art. 37, caput, da CF/1988 e; art. 3°, *caput* e § 3°, da Lei 8.666/1993 (ver art. 5°, da Lei 14.133/2021
Contratos celebrados	Art. 8º, § 1°, inciso IV, da Lei 12.527/2011 e; art. 37, *caput*, da CF/1988
Relatório de Gestão Fiscal	Arts. 48, *caput*, da LRF e; art. 37, *caput*, da CF/1988
Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)	Art. 8°, § 3°, inciso VII, 9°, inciso I, 10, §§ 1° e 2° e art. 45 da Lei 12.527/2011 e; art. 37, *caput*, da CF/1988
Acessibilidade	Arts. 8°, § 3°, inciso VIII, da Lei 12.527/2011 e; art. 63, *caput* e § 1°, da Lei 13.146/2015
Ouvidorias	Arts. 7°, 13 e seguintes, da Lei 13.460/2017; art. 9°, inciso II, da Lei 12.527/2011 e; art. 37, caput, da CF/1988
Instrumentos da gestão fiscal e do planejamento (Poder Executivo)	Arts. 48, *caput*, da LRF e; art. 37, *caput*, da CF/1988
Relatórios da transparência da gestão fiscal (Poder Executivo)	Arts. 48, *caput*, da LRF e; art. 37, *caput*, da CF/1988
Boas práticas (Poder Executivo)	Art. 9°, II, da Lei 12.527/2011 e; art. 37, *caput*, da CF/1988
Serviços e atividades de interesse coletivo (Poder Legislativo)	Art. 7°, incisos V e VII, alínea *b*, da Lei 12.527/2011 e; art. 37, *caput*, da CF/1988
Serviços e atividades de interesse coletivo (Poder Judiciário)	Art. 12, § 1°, da Lei 13.105/2015; arts. 7°, incisos II e V, e 8°, caput, da Lei 12.527/2011; art. 24, parágrafo único, do Decreto-Lei 4.657/1942 e; art. 37, caput, e 93, incisos IX e X, da CF/1988
Serviços e atividades de interesse coletivo (Tribunal de Contas)	Art. 12, § 1°, da Lei 13.105/2015; arts. 7°, incisos II e V, e 8°, caput, da Lei 12.527/2011; art. 24, parágrafo único, do Decreto-Lei 4.657/1942 e; art. 37, caput, e 93, incisos IX e X, da CF/1988

Categoria	Fundamentação legal
Serviços e atividades de interesse coletivo (Ministério Público)	Arts. 7°, incisos II e V, e 8°, caput, da Lei 12.527/2011; art. 25, 26, 29 e 30, da Lei 8.625/1993 e; art. 37, caput, da CF/1988
Serviços e atividades de interesse coletivo (Defensoria Pública)	Arts. 7°, incisos II e V, e 8°, caput, da Lei 12.527/2011; Lei Complementar 80 e; art. 37, caput, da CF/1988

A importância de se garantir a qualidade da transparência dos órgãos e entidades estaduais, além de contribuir para o pleno desenvolvimento das atividades de controle externo de interesse institucional e social por parte dos Tribunais de Contas e outros órgãos fiscalizadores da Administração Pública, possibilita a descentralização do controle para os usuários e interessados nos serviços e atos dos governos locais e o combate à corrupção mais célere e efetivo.

Ademais, a transparência pode estabelecer novos paradigmas de participação social na gestão da coisa pública e aproximar as instituições dos cidadãos, inibindo más condutas, ainda que revestidas do aspecto da legalidade. O conhecimento ou desconhecimento dos atos e gastos do poder público, sem dúvidas, é um importante marcador para antever o desenvolvimento ou não da cidadania e do desenvolvimento social e econômico.

3. RESULTADOS

3.1. Índice de transparência

A partir da aplicação dos questionários nos moldes preconizados no tópico 1.3, obtiveram-se os seguintes resultados:

Tabela 2 – Resultados – panorama da transparência

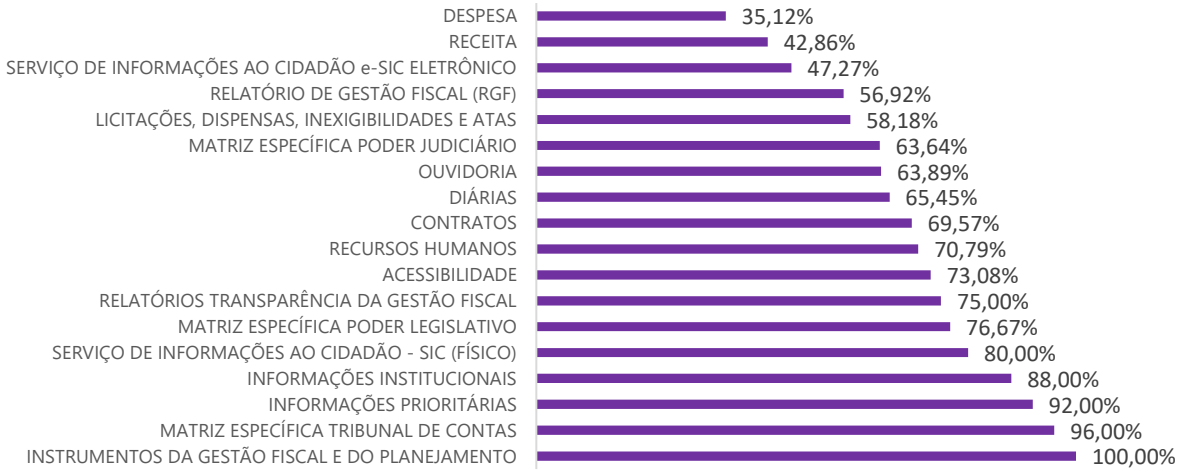
UG	Nota	Índice de Transparência
Assembleia Legislativa	46,61%	**Básico**
Defensoria Pública	62,50%	**Intermediário**
Procuradoria Geral de Justiça	76,72%	**Elevado**
Poder Executivo	84,76%	**Elevado**
Tribunal de Contas do Estado	98,78%	**Diamante**
Tribunal de Justiça	77,16%	**Elevado**

3.1.1. Assembleia Legislativa

A Assembleia Legislativa **não aplicou o questionário da Transparência Pública**[2] por seu controle interno, sendo possível apresentar no presente relatório apenas a avaliação realizada pelo Tribunal de Contas.

Dessa forma, a Assembleia Legislativa obteve a nota de 46,61%, classificado assim com índice "**Básico**". Em seus quesitos, observou-se a seguinte pontuação:

Gráfico 1: Percentual de pontuação por categoria – Assembleia Legislativa

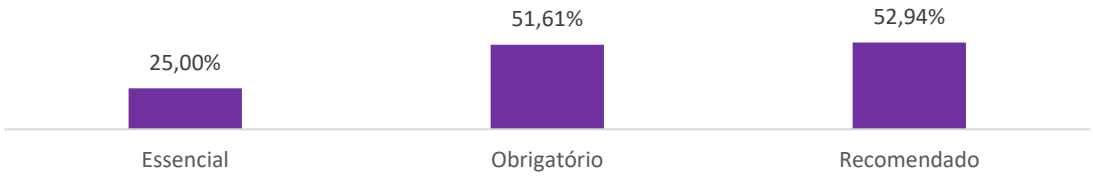


Fonte: Capture web. Elaboração de gráficos: DFAE.

Em termos de cumprimento dos requisitos mínimos, essenciais e obrigatórios, apresentou-se o seguinte panorama:

[2] É possível evidenciar através do link: https://radar.tce.mt.gov.br/extensions/atricon/atricon.html, em que constam as avaliações da Transparência Pública pelo controle interno de cada unidade.

Gráfico 2: Percentual de cumprimento por tipo de requisito (Essencial, Obrigatório, Recomendado) – Assembleia Legislativa



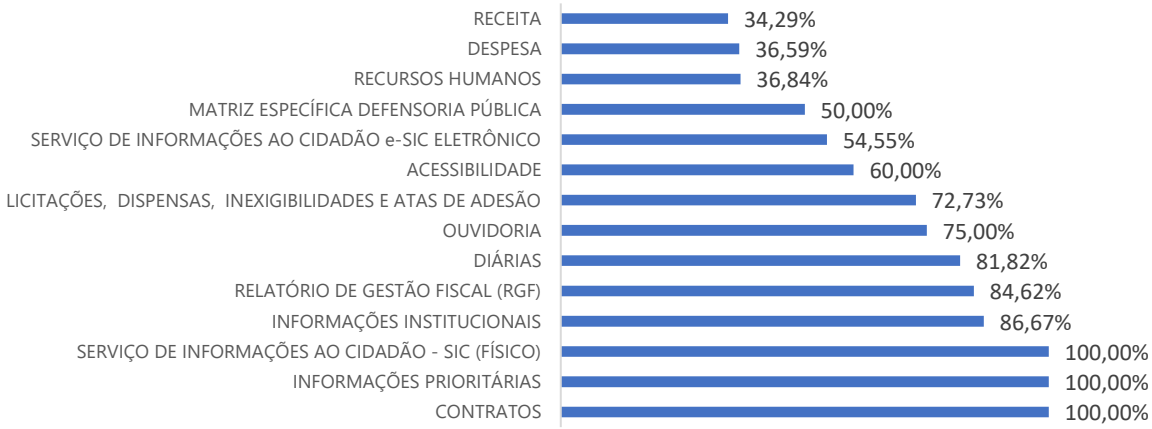
Fonte: Capture web. Elaboração de gráficos: DFAE.

3.1.2. Defensoria Pública do Estado do Piauí

A Defensoria Pública do Estado do Piauí aplicou a matriz da Transparência Pública por seu controle interno em 25/07/2022, obtendo a nota de 79,56%, com índice "Prata".

Entretanto, na avaliação realizada pelo Tribunal de Contas ao portal em questão, realizada no período de setembro do corrente ano, a Defensoria Pública obteve a nota de 62,50%, classificado assim com índice "**Intermediário**". Em seus quesitos, observou-se a seguinte pontuação:

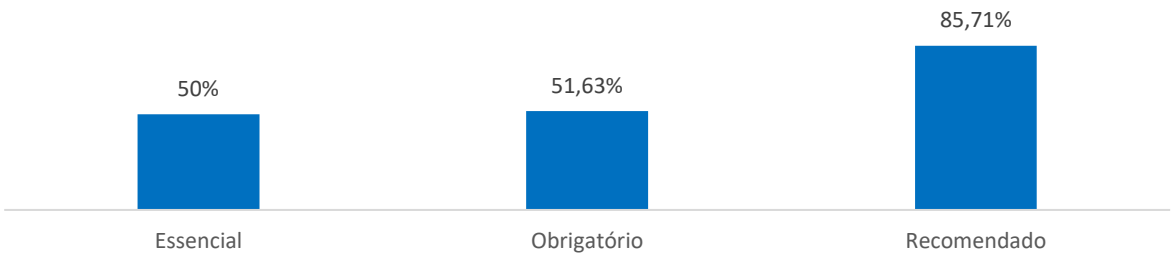
Gráfico 3: Percentual de pontuação por categoria – Defensoria Pública do Estado do Piauí



Fonte: Capture web. Elaboração de gráficos: DFAE.

Em termos de cumprimento dos requisitos mínimos, essenciais e obrigatórios, apresentou-se o seguinte panorama:

Gráfico 4: Percentual de cumprimento por tipo de requisito (Essencial, Obrigatório, Recomendado) – Defensoria Pública do Estado do Piauí



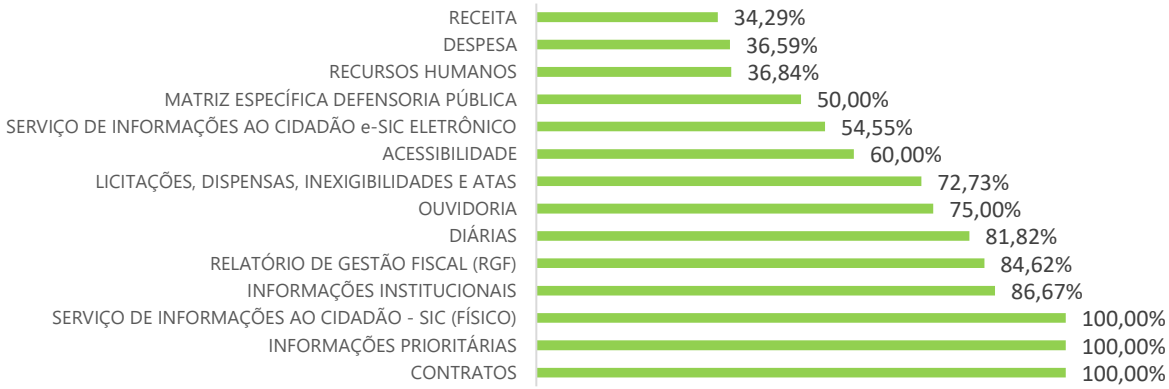
Fonte: Capture web. Elaboração de gráficos: DFAE.

3.1.3. Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Piauí

A Procuradoria Geral de Justiça (Ministério Público) do Piauí aplicou a matriz da Transparência Pública por seu controle interno em 26/07/2022, obtendo a nota de 84,91%, com índice "Prata".

Entretanto, na avaliação realizada pelo Tribunal de Contas ao portal em questão, realizada no período de setembro, a Procuradoria Geral de Justiça obteve a nota de 76,72%, classificado assim com índice "**Elevado**". Em seus quesitos, observou-se a seguinte pontuação:

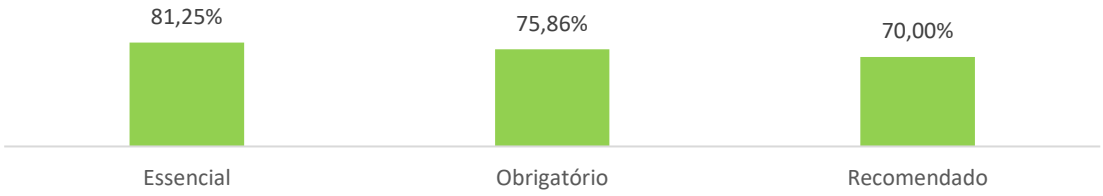
Gráfico 5: Percentual de pontuação por categoria – Procuradoria Geral de Justiça



Fonte: Capture web. Elaboração de gráficos: DFAE.

Em termos de cumprimento dos requisitos mínimos, essenciais e obrigatórios, apresentou-se o seguinte panorama:

Gráfico 6: Percentual de cumprimento por tipo de requisito (Essencial, Obrigatório, Recomendado) – Procuradoria Geral de Justiça



Fonte: Capture web. Elaboração de gráficos: DFAE.

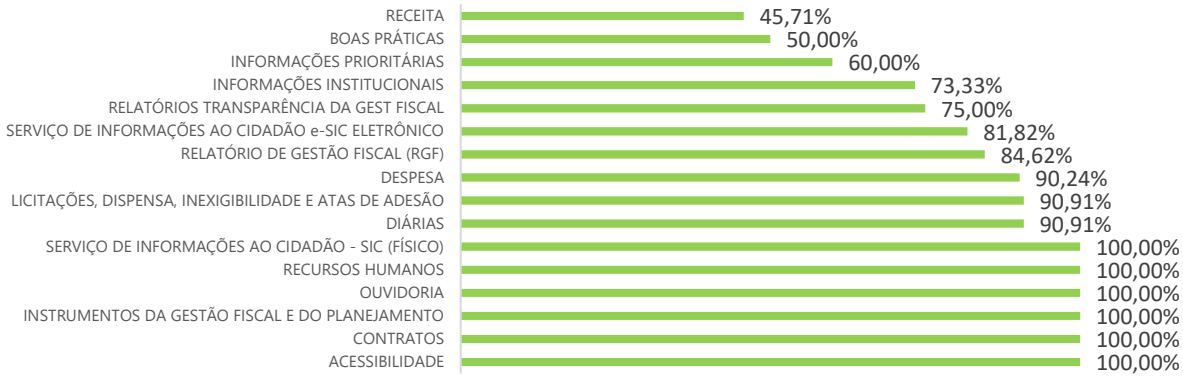
Nesse contexto, considerando que as questões do tipo essencial não obtiveram 100%, não se pode classificar a Procuradoria Geral de Justiça com o índice de transparência "Prata".

3.1.4. Poder Executivo do Estado do Piauí

O Poder Executivo do Estado do Piauí **não finalizou o questionário da Transparência Pública**[3] por seu controle interno, sendo possível apresentar no presente relatório apenas a avaliação realizada pelo Tribunal de Contas.

Em avaliação do portal pelo Tribunal de Contas do Estado, o Poder Executivo do Estado do Piauí obteve a nota de 84,76%, classificado assim com índice "**Elevado**". Em seus quesitos, observou-se a seguinte pontuação:

Gráfico 7: Percentual de pontuação por categoria – Poder Executivo do Estado do Piauí



Fonte: Capture web. Elaboração de gráficos: DFAE.

[3] É possível evidenciar através do link: https://radar.tce.mt.gov.br/extensions/atricon/atricon.html, em que constam as avaliações da Transparência Pública pelo controle interno de cada unidade.

Em termos de cumprimento dos requisitos mínimos, essenciais e obrigatórios, apresentou-se o seguinte panorama:

Gráfico 8: Percentual de cumprimento por tipo de requisito (Essencial, Obrigatório, Recomendado) – Poder Executivo do Estado do Piauí

Fonte: Capture web. Elaboração de gráficos: DFAE.

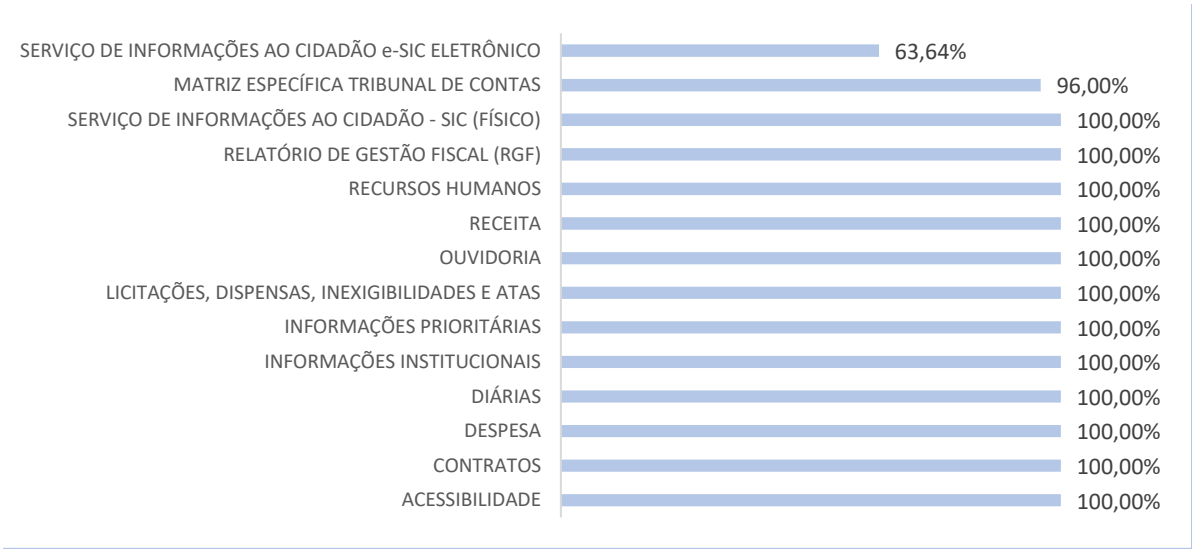
Nesse contexto, considerando que as questões do tipo essencial não obtiveram 100%, não se pode classificar o Poder Executivo do Estado do Piauí com o índice de transparência "Prata".

3.1.5. Tribunal de Contas do Estado do Piauí

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí do Piauí aplicou a matriz da Transparência Pública por seu controle interno em 27/07/2022, obtendo a nota de 84,55%, com índice "Prata".

Já em avaliação pela equipe de auditoria, realizada em setembro, o Tribunal de Contas do Piauí obteve a nota de 98,78%, classificado assim com índice "**Diamante**". Em seus quesitos, observou-se a seguinte pontuação:

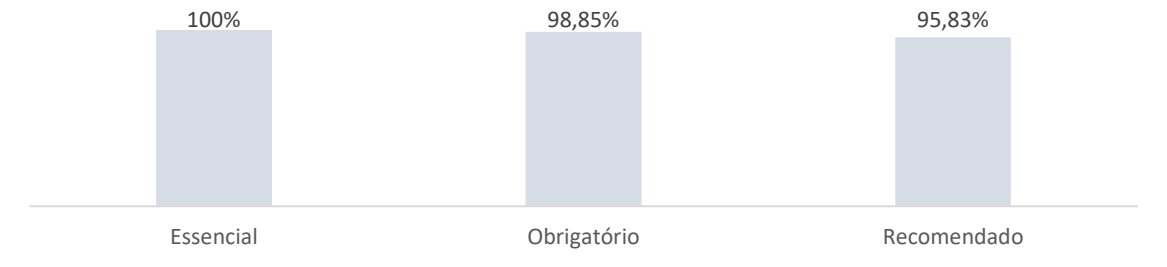
Gráfico 9: Percentual de pontuação por categoria – Tribunal de Contas do Estado do Piauí



Fonte: Capture web. Elaboração de gráficos: DFAE.

Em termos de cumprimento dos requisitos mínimos, essenciais e obrigatórios, apresentou-se o seguinte panorama:

Gráfico 10: Percentual de cumprimento por tipo de requisito (Essencial, Obrigatório, Recomendado) – Tribunal de Contas do Estado do Piauí



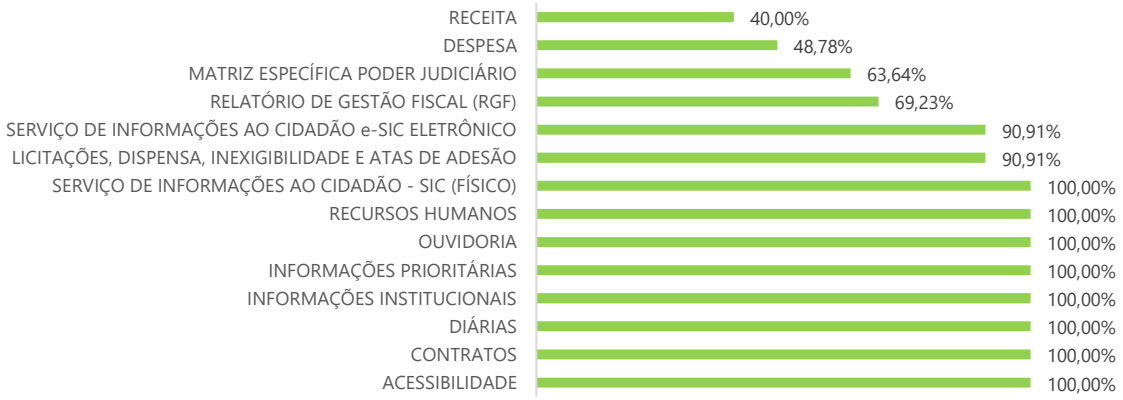
Fonte: Capture web. Elaboração de gráficos: DFAE.

3.1.6. Tribunal de Justiça do Estado do Piauí

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí do Piauí aplicou a matriz da Transparência Pública por seu controle interno em 27/07/2022, obtendo a nota de 89,66%, com índice "Ouro".

Já em avaliação pela equipe de auditoria, realizada em setembro, O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí obteve a nota de 77,16%, classificado assim com índice "**Elevado**". Em seus quesitos, observou-se a seguinte pontuação:

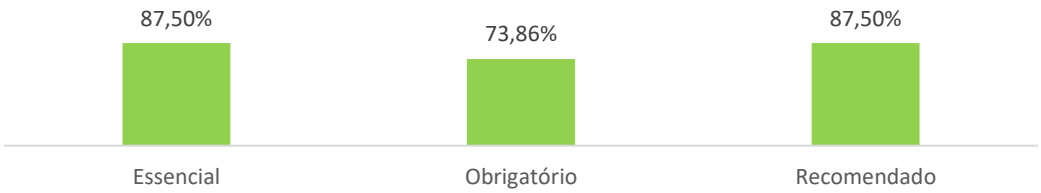
Gráfico 11: Percentual de pontuação por categoria – Tribunal de Justiça do Estado do Piauí



Fonte: Capture web. Elaboração de gráficos: DFAE.

Em termos de cumprimento dos requisitos mínimos, essenciais e obrigatórios, apresentou-se o seguinte panorama:

Gráfico 12: Percentual de cumprimento por tipo de requisito (Essencial, Obrigatório, Recomendado) – Tribunal de Justiça do Estado do Piauí



Fonte: Capture web. Elaboração de gráficos: DFAE.

Nesse contexto, considerando que as questões do tipo essencial não obtiveram 100%, não se pode classificar o Tribunal de Justiça do Estado do Piauí com o índice de transparência "Prata".

4. CONCLUSÃO

O índice de transparência calculado sobre a média dos entes estaduais do Estado do Piauí atingiu o nível Intermediário, ou seja, apenas cerca de 74,42% das informações de interesse público e das ferramentas de acesso estão disponíveis atualmente.

Os desafios para a superação dos entraves ao cidadão para o acesso à informação, além dos esforços dos gestores estaduais das unidades envolvidas, passam também por busca de boas práticas na forma de disponibilização dos dados de interesse público e da ampla utilização pelos setores sociais das ferramentas já existentes, com vistas a ofertar aos gestores e empresas de tecnologia da informação contratadas para manutenção dos portais adequados as reais necessidades de transparência e de facilitação do acesso, sem deixar de lado medidas para universalização da *internet*.

5. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTOS

Considerando que o processo de levantamento não acarreta punições e que a modalidade processual dispensa a citação dos gestores, a Diretoria de Fiscalização da Administração Estadual - DFAE requer a submissão desse relatório ao Plenário para conhecimento e deliberação quanto às seguintes propostas de encaminhamento:

Preliminarmente:

a) Remessa dos autos ao represente do Ministério Público de Contas do Estado do Piauí, na forma regimental.

Ao final do procedimento:

b) Encaminhamento do presente relatório de Levantamento para conhecimento aos gestores das seguintes unidades jurisdicionadas:
   - Tribunal de Justiça do Estado do Piauí
   - Ministério Público do Estado do Piauí
   - Poder Executivo do Estado do Piauí
   - Tribunal de Contas do Estado do Piauí
   - Defensoria Pública do Estado do Piauí
   - Assembleia Legislativa do Estado do Piauí

c) Promoção de divulgação dos resultados obtidos por meio dos painéis/infográficos resultantes desse trabalho, nos meios de comunicação, no site institucional e redes sociais do TCE-PI, a fim de oferecer o cidadão o acesso à informação clara e de fácil compreensão, fortalecendo assim o controle social;

d) Expedição de alerta às unidades: Assembleia Legislativa e Defensoria Pública, uma vez que obtiveram os índices de transparência como básico e intermediário, respectivamente.

e) Após todas as providências, determinar o arquivamento do feito.

É o relatório.

Teresina, 06 de outubro de 2022.

(*assinado digitalmente*)
Tércio Gomes Rabelo
Auditor de Controle Externo

(*assinado digitalmente*)
Fames Borges Mendes
Auditor de Controle Externo

Supervisão:

(*assinado digitalmente*)
Ítalo Gabriel Almeida Rocha
Auditor de Controle Externo

Visto:

(*assinado digitalmente*)
Liana de Castro Melo Campelo
Auditor de Controle Externo

6. APÊNDICES

Apêndice A- Respostas estruturadas da Assembleia Legislativa

		Assembleia Legislativa	
Categoria	**Tipo**	**Questão**	**Resposta**
ACESSIBILIDADE	Obrigatório	Exibição do "caminho" de páginas percorridas pelo usuário:	Sim
ACESSIBILIDADE	Obrigatório	Opção de alto contraste:	Sim
ACESSIBILIDADE	Obrigatório	Redimensionamento de texto:	Sim
ACESSIBILIDADE	Obrigatório	Contém símbolo de acessibilidade em destaque:	Sim
ACESSIBILIDADE	Obrigatório	Mapa do site:	Sim
CONTRATOS	Obrigatório	Existência de informações atualizadas:	Sim
CONTRATOS	Obrigatório	Relação dos contratos celebrados, com o seu respectivo resumo:	Não
CONTRATOS	Obrigatório	Íntegra dos contratos :	Sim
CONTRATOS	Obrigatório	Íntegra dos termos aditivos:	Não
CONTRATOS	Obrigatório	Indicação do Fiscal do Contrato:	Não
CONTRATOS	Obrigatório	Existência de informações atualizadas:	Sim
CONTRATOS	Obrigatório	Existência de histórico das informações:	Sim
CONTRATOS	Obrigatório	Gravação de relatórios em diversos formatos:	Não
CONTRATOS	Obrigatório	Ferramenta de pesquisa específica (que permita pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos)	Não
DESPESA	Essencial	Número e o valor de empenho, liquidação e pagamento:	Não
DESPESA	Obrigatório	Transferências voluntárias realizadas com indicação: de beneficiário:	Não
DESPESA	Obrigatório	Transferências voluntárias realizadas com indicação: do objeto:	Não
DESPESA	Obrigatório	Transferências voluntárias realizadas com indicação: do valor concedido:	Não
DESPESA	Obrigatório	Transferências voluntárias realizadas com indicação: da data do repasse:	Não
DESPESA	Obrigatório	Ferramenta de pesquisa específica (que permita pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos) em relação aos critérios de transferências voluntárias realizadas	Não
DESPESA	Obrigatório	Gravação de relatórios em diversos formatos em relação aos critérios de transferências voluntárias realizadas:	Não
DESPESA	Obrigatório	Existência de informações atualizadas em relação aos critérios de transferências voluntárias realizadas:	Não
DESPESA	Obrigatório	Existência de histórico das informações em relação aos critérios de transferências voluntárias realizadas:	Não
DESPESA	Essencial	Classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, a função, a subfunção, a natureza da despesa e a fonte dos recursos:	Não
DESPESA	Essencial	Pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento:	Não
DESPESA	Essencial	Procedimento licitatório, bem como a sua dispensa ou inexigibilidade:	Não
DESPESA	Essencial	Bem fornecido ou serviço prestado:	Não
DESPESA	Obrigatório	Ferramenta de pesquisa específica (que permite pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos) em relação aos critérios da despesa:	Sim
DESPESA	Obrigatório	Gravação de relatórios em diversos formatos em relação aos critérios da despesa:	Não
DESPESA	Essencial	Existência de informações atualizadas em relação aos critérios da despesa:	Não

		Assembleia Legislativa	
Categoria	**Tipo**	**Questão**	**Resposta**
DESPESA	Essencial	Existência de histórico das informações em relação aos critérios da despesa:	Sim
DIÁRIAS	Obrigatório	Nome do beneficiário:	Sim
DIÁRIAS	Obrigatório	Ferramenta de pesquisa específica (que permita pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos):	Não
DIÁRIAS	Obrigatório	Gravação de relatórios em diversos formatos:	Não
DIÁRIAS	Obrigatório	Cargo do beneficiário:	Não
DIÁRIAS	Obrigatório	Número de diárias usufruídas por afastamento:	Sim
DIÁRIAS	Obrigatório	Período de afastamento:	Sim
DIÁRIAS	Obrigatório	Motivo do afastamento:	Não
DIÁRIAS	Obrigatório	Local de destino:	Sim
DIÁRIAS	Obrigatório	Tabela ou relação que explicite os valores das diárias dentro do Estado, fora do Estado e fora do país, conforme legislação local:	Sim
DIÁRIAS	Obrigatório	Existência de informações atualizadas:	Não
DIÁRIAS	Obrigatório	Existência de histórico das informações:	Não
INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	Obrigatório	O site possui COMPETÊNCIAS?	Sim
INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	Obrigatório	Estrutura Organizacional?	Sim
INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	Obrigatório	Identificação dos Responsáveis:	Sim
INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	Obrigatório	Endereços:	Sim
INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	Obrigatório	Telefone:	Sim
INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	Obrigatório	Horário de atendimento:	Sim
INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	Obrigatório	Perguntas e respostas mais frequentes:	Sim
INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	Recomendado	Canal de Comunicação com cidadão do tipo 'Fale Conosco', que permite ao interessado comunicar-se com órgão por via eletrônica ou telefônica:	Sim
INFORMAÇÕES PRIORITÁRIAS	Essencial	A entidade pública possui sítio oficial e/ou portal da transparência próprio ou compartilhado na internet?	Sim
INFORMAÇÕES PRIORITÁRIAS	Obrigatório	O site contém ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação?	Sim
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Íntegra dos editais de licitação:	Sim
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Gravação de relatórios em diversos formatos:	Não
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Existência de histórico das informações:	Sim
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Íntegra dos processos de dispensa de licitação:	Não
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Íntegra dos processos de inexigibilidade de licitação:	Não
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Íntegra das Atas de Adesão - SRP:	Não
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Resultado das licitações indicando o(s) vencedores:	Não
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Resultado das licitações indicando o(s) valor(es):	Não
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Informação acerca da situação do certame (aberto, em andamento, suspenso, finalizado):	Não

		Assembleia Legislativa	
Categoria	**Tipo**	**Questão**	**Resposta**
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Relação das licitações fracassadas e/ou desertas:	Não
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Ferramenta de pesquisa específica (que permita pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos) :	Não
MATRIZ ESPECÍFICA DEFENSORIA PÚBLICA	Obrigatório	Disponibiliza a legislação do órgão de forma atualizada e consolidada:	Não
MATRIZ ESPECÍFICA DEFENSORIA PÚBLICA	Recomendado	Disponibiliza material informativo atualizado (dados referentes ao ano corrente) (cartilha/boletins informativos sobre direitos dos cidadãos nas mais diversas áreas):	Não
MATRIZ ESPECÍFICA DEFENSORIA PÚBLICA	Recomendado	Disponibiliza informações sobre o atendimento (identificação dos requisitos necessários para atendimento pela Defensoria; documentos exigidos para o atendimento; possibilidade de agendamento de atendimento via internet):	Não
MATRIZ ESPECÍFICA PODER LEGISLATIVO	Obrigatório	Leis federais/estaduais/municipais (conforme o caso) e atos infralegais (resoluções/decretos) publicados no ano corrente:	Sim
MATRIZ ESPECÍFICA PODER LEGISLATIVO	Obrigatório	Projetos de leis e de atos infralegais, bem como as respectivas tramitações (contemplando ementa, documentos anexos, situação atual) referentes aos 3 anos que antecedem a pesquisa:	Sim
MATRIZ ESPECÍFICA PODER LEGISLATIVO	Obrigatório	Apresenta ferramenta de pesquisa que possibilite a busca de acordo com a numeração, a data, as palavras-chave ou o texto livre:	Sim
MATRIZ ESPECÍFICA PODER LEGISLATIVO	Obrigatório	Pauta das Comissões e das Sessões do Plenário (Pauta das matérias a serem discutidas. A divulgação pode se dar na forma de publicação de pauta conjunta, desde que fiquem explicitadas as respectivas atividades legislativas) referentes ao ano corrente:	Sim
MATRIZ ESPECÍFICA PODER LEGISLATIVO	Obrigatório	Atas das Sessões referentes aos últimos 30 dias:	Sim
MATRIZ ESPECÍFICA PODER LEGISLATIVO	Recomendado	Dados atualizados (30 dias) sobre as votações nominais, quando cabíveis (Divulgação da lista nominal de votação dos projetos de lei. Tratando-se de votações unânimes, a lista será dispensada):	Não
MATRIZ ESPECÍFICA PODER LEGISLATIVO	Recomendado	Dados atualizados (30 dias) sobre a lista de presença e ausência dos parlamentares nas sessões:	Sim
MATRIZ ESPECÍFICA PODER LEGISLATIVO	Recomendado	Dados atualizados (30 dias) sobre as atividades legislativas dos parlamentares:	Sim
MATRIZ ESPECÍFICA PODER LEGISLATIVO	Recomendado	Há transmissão de sessões, audiências públicas, etc. via meios de comunicação como rádio, TV, internet, entre outros.:	Sim
MATRIZ ESPECÍFICA PODER LEGISLATIVO	Recomendado	Há ferramenta de pesquisa que permita pesquisar dentro do conjunto de dados referentes às votações nominais, lista de presença e/ou atividades legislativa:	Não
MATRIZ ESPECÍFICA PODER LEGISLATIVO	Recomendado	Histórico de informações sobre as votações nominais, lista de presença e/ou atividades legislativas	Não
MATRIZ ESPECÍFICA PODER LEGISLATIVO	Obrigatório	Leis federais/estaduais/municipais (conforme o caso) e atos infralegais (resoluções/decretos) publicados nos 3 anos que antecedem a pesquisa (no mínimo):	Sim
MATRIZ ESPECÍFICA PODER LEGISLATIVO	Obrigatório	Divulga o ato que aprecia as Contas do Presidente da República/Governador/Prefeito (Decreto) e o teor do julgamento (Ata ou Resumo da Sessão que aprovou ou rejeitou as contas) referentes a, pelo menos, o exercício corrente e os 3 anteriores:	Não
MATRIZ ESPECÍFICA PODER LEGISLATIVO	Obrigatório	Possibilidade de acessar as leis federais/estaduais/ municipais já editadas, de acordo com a numeração, a data, as palavras-chave ou o texto livre:	Sim
MATRIZ ESPECÍFICA PODER LEGISLATIVO	Recomendado	Divulga informações atualizadas sobre cotas para exercício da atividade parlamentar/verba indenizatória:	Não
MATRIZ ESPECÍFICA PODER LEGISLATIVO	Recomendado	Há histórico de informações sobre cotas para exercício da atividade parlamentar/verba indenizatória:	Sim
MATRIZ ESPECÍFICA PODER LEGISLATIVO	Recomendado	Há possibilidade de gravação de relatórios em diversos formatos relativamente às cotas para exercício da atividade parlamentar/verba indenizatória:	Não
MATRIZ ESPECÍFICA PODER LEGISLATIVO	Recomendado	Há ferramenta de pesquisa sobre cotas para exercício da atividade parlamentar/verba indenizatória:	Sim
MATRIZ ESPECÍFICA PODER LEGISLATIVO	Obrigatório	Divulga a legislação relacionada a gastos dos parlamentares:	Sim
MATRIZ ESPECÍFICA PODER LEGISLATIVO	Obrigatório	Projetos de leis e de atos infralegais, bem como as respectivas tramitações (contemplando ementa, documentos anexos, situação atual) referentes ao ano corrente:	Sim

		Assembleia Legislativa	
Categoria	**Tipo**	**Questão**	**Resposta**
OUVIDORIA	Recomendado	Há informações sobre o atendimento presencial pela Ouvidoria:	Sim
OUVIDORIA	Recomendado	Divulga Carta de Serviços ao Usuário:	Sim
OUVIDORIA	Recomendado	Participação em redes sociais:	Não
OUVIDORIA	Recomendado	Há canal eletrônico de acesso/interação com a Ouvidoria:	Sim
RECEITA	Essencial	Valores da receita pública arrecadada:	Não
RECEITA	Obrigatório	Transferências voluntárias recebidas com indicação: da origem dos recursos:	Não
RECEITA	Obrigatório	Transferências voluntárias recebidas com indicação: da data do repasse:	Não
RECEITA	Obrigatório	Ferramenta de pesquisa específica (que permite pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos) em relação aos critérios de transferências voluntárias recebidas:	Não
RECEITA	Obrigatório	Gravação de relatórios em diversos formatos em relação aos critérios de transferências voluntárias recebidas:	Não
RECEITA	Obrigatório	Existência de informações atualizadas em relação aos critérios de transferências voluntárias recebidas:	Não
RECEITA	Obrigatório	Existência de histórico das informações em relação aos critérios de transferências voluntárias recebidas:	Não
RECEITA	Essencial	Valores da receita pública prevista na LOA:	Não
RECEITA	Essencial	Classificação orçamentária por natureza da receita (categoria econômica, origem, espécie):	Não
RECEITA	Obrigatório	Ferramenta de pesquisa específica (que permite pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos) em relação aos critérios da receita:	Não
RECEITA	Obrigatório	Gravação de relatórios em diversos formatos em relação aos critérios da receita:	Não
RECEITA	Essencial	Existência de informações atualizadas em relação aos critérios da receita:	Não
RECEITA	Essencial	Existência de histórico das informações em relação aos critérios da receita:	Não
RECEITA	Obrigatório	Transferências voluntárias recebidas com indicação: do valor recebido:	Não
RECEITA	Obrigatório	Transferências voluntárias recebidas com indicação: do objeto:	Não
RECURSOS HUMANOS	Obrigatório	Relação nominal dos servidores:	Sim
RECURSOS HUMANOS	Obrigatório	Indicação de cargo e/ou função desempenhada por cada servidor:	Sim
RECURSOS HUMANOS	Recomendado	Indicação da lotação de cada servidor:	Não
RECURSOS HUMANOS	Obrigatório	Indicação da remuneração nominal de cada servidor:	Sim
RECURSOS HUMANOS	Obrigatório	Tabela com o padrão remuneratório dos cargos e funções:	Sim
RECURSOS HUMANOS	Obrigatório	Existência de informações atualizadas:	Sim
RECURSOS HUMANOS	Obrigatório	Existência de histórico das informações:	Sim
RECURSOS HUMANOS	Obrigatório	Gravação de relatórios em diversos formatos:	Não
RECURSOS HUMANOS	Obrigatório	Ferramenta de pesquisa específica (que permite pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos):	Não
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (RGF)	Essencial	Publica o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) :	Sim
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (RGF)	Essencial	Existência de informações atualizadas	Não
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (RGF)	Essencial	Existência de histórico das informações	Sim
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (RGF)	Obrigatório	Ferramenta de pesquisa específica (que permita pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos)	Sim
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (RGF)	Obrigatório	Publica o Relatório Circunstanciado do Ano Anterior?	Não

		Assembleia Legislativa	
Categoria	**Tipo**	**Questão**	**Resposta**
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO - SIC (FÍSICO)	Obrigatório	Indicação da unidade/setor responsável pelo SIC:	Sim
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO - SIC (FÍSICO)	Obrigatório	Indicação de endereço físico da unidade responsável pelo SIC:	Sim
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO - SIC (FÍSICO)	Obrigatório	Indicação de telefone da unidade responsável pelo SIC:	Sim
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO - SIC (FÍSICO)	Obrigatório	Indicação dos horários de funcionamento da unidade responsável pelo SIC:	Sim
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO e-SIC ELETRÔNICO	Obrigatório	Há possibilidade de envio de pedidos de informação de forma eletrônica (eSIC):	Sim
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO e-SIC ELETRÔNICO	Obrigatório	A solicitação por meio do eSIC é simples, ou seja, sem a exigência de itens de identificação do requerente que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação, tais como: envio de documentos, assinatura reconhecida, declaração de responsabilidade, maioridade. *A exigência de cadastro prévio não configura dificuldade ou impossibilidade de acesso à informação.	Sim
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO e-SIC ELETRÔNICO	Recomendado	Instrumento normativo local que regulamente a LAI:	Não
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO e-SIC ELETRÔNICO	Obrigatório	O ente publica relatório anual estatístico contendo a quantidade de pedidos de acesso recebidos, atendidos, indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes:	Sim
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO e-SIC ELETRÔNICO	Obrigatório	Existe rol das informações que tenham sido desclassificadas nos últimos 12 (doze) meses:	Não
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO e-SIC ELETRÔNICO	Obrigatório	Existe rol de documentos classificados em cada grau de sigilo, com identificação para referência futura:	Não

Apêndice B- Respostas estruturadas da Defensoria Pública

Defensoria Pública do Estado do Piauí			
Categoria	**Tipo**	**Questão**	**Resposta**
INFORMAÇÕES PRIORITÁRIAS	Essencial	A entidade pública possui sítio oficial e/ou portal da transparência próprio ou compartilhado na internet?	Sim
INFORMAÇÕES PRIORITÁRIAS	Obrigatório	O site contém ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação?	Sim
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO - SIC (FÍSICO)	Obrigatório	Indicação da unidade/setor responsável pelo SIC:	Sim
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO - SIC (FÍSICO)	Obrigatório	Indicação de endereço físico da unidade responsável pelo SIC:	Sim
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO - SIC (FÍSICO)	Obrigatório	Indicação de telefone da unidade responsável pelo SIC:	Sim
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO - SIC (FÍSICO)	Obrigatório	Indicação dos horários de funcionamento da unidade responsável pelo SIC:	Sim
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO e-SIC ELETRÔNICO	Obrigatório	Há possibilidade de envio de pedidos de informação de forma eletrônica (eSIC):	Sim
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO e-SIC ELETRÔNICO	Obrigatório	A solicitação por meio do eSIC é simples, ou seja, sem a exigência de itens de identificação do requerente que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação, tais como: envio de documentos, assinatura reconhecida, declaração de responsabilidade, maioridade. *A exigência de cadastro prévio não configura dificuldade ou impossibilidade de acesso à informação.	Sim
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO e-SIC ELETRÔNICO	Recomendado	Instrumento normativo local que regulamente a LAI:	Não
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO e-SIC ELETRÔNICO	Obrigatório	O ente publica relatório anual estatístico contendo a quantidade de pedidos de acesso recebidos, atendidos, indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes:	Sim
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO e-SIC ELETRÔNICO	Obrigatório	Existe rol das informações que tenham sido desclassificadas nos últimos 12 (doze) meses:	Não
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO e-SIC ELETRÔNICO	Obrigatório	Existe rol de documentos classificados em cada grau de sigilo, com identificação para referência futura:	Não
ACESSIBILIDADE	Obrigatório	Exibição do "caminho" de páginas percorridas pelo usuário:	Sim
ACESSIBILIDADE	Obrigatório	Opção de alto contraste:	Sim
ACESSIBILIDADE	Obrigatório	Redimensionamento de texto:	Sim
ACESSIBILIDADE	Obrigatório	Contém símbolo de acessibilidade em destaque:	Não
ACESSIBILIDADE	Obrigatório	Mapa do site:	Não
OUVIDORIA	Recomendado	Há informações sobre o atendimento presencial pela Ouvidoria:	Sim
OUVIDORIA	Recomendado	Divulga Carta de Serviços ao Usuário:	Não
OUVIDORIA	Recomendado	Participação em redes sociais:	Sim
OUVIDORIA	Recomendado	Há canal eletrônico de acesso/interação com a Ouvidoria:	Sim
INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	Obrigatório	O site possui COMPETÊNCIAS?	Sim
INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	Obrigatório	Estrutura Organizacional?	Sim

Defensoria Pública do Estado do Piauí			
Categoria	**Tipo**	**Questão**	**Resposta**
INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	Obrigatório	Identificação dos Responsáveis:	Sim
INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	Obrigatório	Endereços:	Sim
INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	Obrigatório	Telefone:	Sim
INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	Obrigatório	Horário de atendimento:	Sim
INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	Obrigatório	Perguntas e respostas mais frequentes:	Não
INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	Recomendado	Canal de Comunicação com cidadão do tipo 'Fale Conosco', que permite ao interessado comunicar-se com órgão por via eletrônica ou telefônica:	Sim
MATRIZ ESPECÍFICA DEFENSORIA PÚBLICA	Obrigatório	Disponibiliza a legislação do órgão de forma atualizada e consolidada:	Sim
MATRIZ ESPECÍFICA DEFENSORIA PÚBLICA	Recomendado	Disponibiliza material informativo atualizado (dados referentes ao ano corrente) (cartilha/boletins informativos sobre direitos dos cidadãos nas mais diversas áreas):	Não
MATRIZ ESPECÍFICA DEFENSORIA PÚBLICA	Recomendado	Disponibiliza informações sobre o atendimento (identificação dos requisitos necessários para atendimento pela Defensoria; documentos exigidos para o atendimento; possibilidade de agendamento de atendimento via internet):	Sim
RECEITA	Essencial	Valores da receita pública arrecadada:	Sim
RECEITA	Obrigatório	Transferências voluntárias recebidas com indicação: da origem dos recursos:	Não
RECEITA	Obrigatório	Transferências voluntárias recebidas com indicação: da data do repasse:	Não
RECEITA	Obrigatório	Ferramenta de pesquisa específica (que permite pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos) em relação aos critérios de transferências voluntárias recebidas:	Não
RECEITA	Obrigatório	Gravação de relatórios em diversos formatos em relação aos critérios de transferências voluntárias recebidas:	Não
RECEITA	Obrigatório	Existência de informações atualizadas em relação aos critérios de transferências voluntárias recebidas:	Não
RECEITA	Obrigatório	Existência de histórico das informações em relação aos critérios de transferências voluntárias recebidas:	Não
RECEITA	Essencial	Valores da receita pública prevista na LOA:	Sim
RECEITA	Essencial	Classificação orçamentária por natureza da receita (categoria econômica, origem, espécie):	Não
RECEITA	Obrigatório	Ferramenta de pesquisa específica (que permite pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos) em relação aos critérios da receita:	Não
RECEITA	Obrigatório	Gravação de relatórios em diversos formatos em relação aos critérios da receita:	Não
RECEITA	Essencial	Existência de informações atualizadas em relação aos critérios da receita:	Sim
RECEITA	Essencial	Existência de histórico das informações em relação aos critérios da receita:	Sim
RECEITA	Obrigatório	Transferências voluntárias recebidas com indicação: do valor recebido:	Não
RECEITA	Obrigatório	Transferências voluntárias recebidas com indicação: do objeto:	Não
DESPESA	Essencial	Número e o valor de empenho, liquidação e pagamento:	Sim
DESPESA	Obrigatório	Transferências voluntárias realizadas com indicação: de beneficiário:	Não
DESPESA	Obrigatório	Transferências voluntárias realizadas com indicação: do objeto:	Não
DESPESA	Obrigatório	Transferências voluntárias realizadas com indicação: do valor concedido:	Não
DESPESA	Obrigatório	Transferências voluntárias realizadas com indicação: da data do repasse:	Não
DESPESA	Obrigatório	Ferramenta de pesquisa específica (que permita pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos) em relação aos critérios de transferências voluntárias realizadas	Não
DESPESA	Obrigatório	Gravação de relatórios em diversos formatos em relação aos critérios de transferências voluntárias realizadas:	Não

Defensoria Pública do Estado do Piauí			
Categoria	**Tipo**	**Questão**	**Resposta**
DESPESA	Obrigatório	Existência de informações atualizadas em relação aos critérios de transferências voluntárias realizadas:	Não
DESPESA	Obrigatório	Existência de histórico das informações em relação aos critérios de transferências voluntárias realizadas:	Não
DESPESA	Essencial	Classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, a função, a subfunção, a natureza da despesa e a fonte dos recursos:	Não
DESPESA	Essencial	Pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento:	Sim
DESPESA	Essencial	Procedimento licitatório, bem como a sua dispensa ou inexigibilidade:	Não
DESPESA	Essencial	Bem fornecido ou serviço prestado:	Sim
DESPESA	Obrigatório	Ferramenta de pesquisa específica (que permite pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos) em relação aos critérios da despesa:	Não
DESPESA	Obrigatório	Gravação de relatórios em diversos formatos em relação aos critérios da despesa:	Não
DESPESA	Essencial	Existência de informações atualizadas em relação aos critérios da despesa:	Sim
DESPESA	Essencial	Existência de histórico das informações em relação aos critérios da despesa:	Sim
RECURSOS HUMANOS	Obrigatório	Relação nominal dos servidores:	Sim
RECURSOS HUMANOS	Obrigatório	Indicação de cargo e/ou função desempenhada por cada servidor:	Sim
RECURSOS HUMANOS	Recomendado	Indicação da lotação de cada servidor:	Sim
RECURSOS HUMANOS	Obrigatório	Indicação da remuneração nominal de cada servidor:	Não
RECURSOS HUMANOS	Obrigatório	Tabela com o padrão remuneratório dos cargos e funções:	Sim
RECURSOS HUMANOS	Obrigatório	Existência de informações atualizadas:	Não
RECURSOS HUMANOS	Obrigatório	Existência de histórico das informações:	Não
RECURSOS HUMANOS	Obrigatório	Gravação de relatórios em diversos formatos:	Não
RECURSOS HUMANOS	Obrigatório	Ferramenta de pesquisa específica (que permite pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos):	Não
DIÁRIAS	Obrigatório	Nome do beneficiário:	Sim
DIÁRIAS	Obrigatório	Ferramenta de pesquisa específica (que permita pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos):	Não
DIÁRIAS	Obrigatório	Gravação de relatórios em diversos formatos:	Não
DIÁRIAS	Obrigatório	Cargo do beneficiário:	Sim
DIÁRIAS	Obrigatório	Número de diárias usufruídas por afastamento:	Sim
DIÁRIAS	Obrigatório	Período de afastamento:	Sim
DIÁRIAS	Obrigatório	Motivo do afastamento:	Sim
DIÁRIAS	Obrigatório	Local de destino:	Sim
DIÁRIAS	Obrigatório	Tabela ou relação que explicite os valores das diárias dentro do Estado, fora do Estado e fora do país, conforme legislação local:	Sim
DIÁRIAS	Obrigatório	Existência de informações atualizadas:	Sim
DIÁRIAS	Obrigatório	Existência de histórico das informações:	Sim
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Íntegra dos editais de licitação:	Sim
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Gravação de relatórios em diversos formatos:	Não
CONTRATOS	Obrigatório	Existência de informações atualizadas:	Sim
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Existência de histórico das informações:	Sim
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Íntegra dos processos de dispensa de licitação:	Sim

Defensoria Pública do Estado do Piauí			
Categoria	**Tipo**	**Questão**	**Resposta**
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Íntegra dos processos de inexigibilidade de licitação:	Sim
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Íntegra das Atas de Adesão - SRP:	Sim
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Resultado das licitações indicando o(s) vencedores:	Sim
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Resultado das licitações indicando o(s) valor(es):	Sim
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Informação acerca da situação do certame (aberto, em andamento, suspenso, finalizado):	Não
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Relação das licitações fracassadas e/ou desertas:	Sim
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Ferramenta de pesquisa específica (que permita pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos) :	Não
CONTRATOS	Obrigatório	Relação dos contratos celebrados, com o seu respectivo resumo:	Sim
CONTRATOS	Obrigatório	Íntegra dos contratos :	Sim
CONTRATOS	Obrigatório	Íntegra dos termos aditivos:	Sim
CONTRATOS	Obrigatório	Indicação do Fiscal do Contrato:	Sim
CONTRATOS	Obrigatório	Existência de informações atualizadas:	Sim
CONTRATOS	Obrigatório	Existência de histórico das informações:	Sim
CONTRATOS	Obrigatório	Gravação de relatórios em diversos formatos:	Sim
CONTRATOS	Obrigatório	Ferramenta de pesquisa específica (que permita pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos)	Sim
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (RGF)	Essencial	Publica o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) :	Sim
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (RGF)	Essencial	Existência de informações atualizadas	Sim
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (RGF)	Essencial	Existência de histórico das informações	Sim
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (RGF)	Obrigatório	Ferramenta de pesquisa específica (que permita pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos)	Não
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (RGF)	Obrigatório	Publica o Relatório Circunstanciado do Ano Anterior?	Sim

Apêndice C- Respostas estruturadas da Procuradoria Geral de Justiça

		Procuradoria Geral de Justiça	
Categoria	**Tipo**	**Questão**	**Resposta**
INFORMAÇÕES PRIORITÁRIAS	Essencial	A entidade pública possui sítio oficial e/ou portal da transparência próprio ou compartilhado na internet?	Sim
INFORMAÇÕES PRIORITÁRIAS	Obrigatório	O site contém ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação?	Sim
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO - SIC (FÍSICO)	Obrigatório	Indicação da unidade/setor responsável pelo SIC:	Sim
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO - SIC (FÍSICO)	Obrigatório	Indicação de endereço físico da unidade responsável pelo SIC:	Sim
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO - SIC (FÍSICO)	Obrigatório	Indicação de telefone da unidade responsável pelo SIC:	Sim
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO - SIC (FÍSICO)	Obrigatório	Indicação dos horários de funcionamento da unidade responsável pelo SIC:	Sim
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO e-SIC ELETRÔNICO	Obrigatório	Há possibilidade de envio de pedidos de informação de forma eletrônica (eSIC):	Sim
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO e-SIC ELETRÔNICO	Obrigatório	A solicitação por meio do eSIC é simples, ou seja, sem a exigência de itens de identificação do requerente que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação, tais como: envio de documentos, assinatura reconhecida, declaração de responsabilidade, maioridade. *A exigência de cadastro prévio não configura dificuldade ou impossibilidade de acesso à informação.	Sim
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO e-SIC ELETRÔNICO	Recomendado	Instrumento normativo local que regulamente a LAI:	Sim
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO e-SIC ELETRÔNICO	Obrigatório	O ente publica relatório anual estatístico contendo a quantidade de pedidos de acesso recebidos, atendidos, indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes:	Sim
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO e-SIC ELETRÔNICO	Obrigatório	Existe rol das informações que tenham sido desclassificadas nos últimos 12 (doze) meses:	Sim
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO e-SIC ELETRÔNICO	Obrigatório	Existe rol de documentos classificados em cada grau de sigilo, com identificação para referência futura:	Sim
ACESSIBILIDADE	Obrigatório	Exibição do "caminho" de páginas percorridas pelo usuário:	Sim
ACESSIBILIDADE	Obrigatório	Opção de alto contraste:	Sim
ACESSIBILIDADE	Obrigatório	Redimensionamento de texto:	Sim
ACESSIBILIDADE	Obrigatório	Contém símbolo de acessibilidade em destaque:	Não
ACESSIBILIDADE	Obrigatório	Mapa do site:	Não
OUVIDORIA	Recomendado	Há informações sobre o atendimento presencial pela Ouvidoria:	Sim
OUVIDORIA	Recomendado	Divulga Carta de Serviços ao Usuário:	Sim
OUVIDORIA	Recomendado	Participação em redes sociais:	Sim
OUVIDORIA	Recomendado	Há canal eletrônico de acesso/interação com a Ouvidoria:	Sim
INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	Obrigatório	O site possui COMPETÊNCIAS?	Sim
INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	Obrigatório	Estrutura Organizacional?	Sim

Procuradoria Geral de Justiça			
Categoria	**Tipo**	**Questão**	**Resposta**
INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	Obrigatório	Identificação dos Responsáveis:	Sim
INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	Obrigatório	Endereços:	Sim
INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	Obrigatório	Telefone:	Sim
INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	Obrigatório	Horário de atendimento:	Sim
INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	Obrigatório	Perguntas e respostas mais frequentes:	Sim
INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	Recomendado	Canal de Comunicação com cidadão do tipo 'Fale Conosco', que permite ao interessado comunicar-se com órgão por via eletrônica ou telefônica:	Sim
MATRIZ ESPECÍFICA MINISTÉRIO PÚBLICO	Obrigatório	Disponibiliza de forma atualizada e consolidada a legislação:	Sim
MATRIZ ESPECÍFICA MINISTÉRIO PÚBLICO	Obrigatório	Registros atualizados de Procedimentos Preparatórios e os seus respectivos andamentos:	Não
MATRIZ ESPECÍFICA MINISTÉRIO PÚBLICO	Obrigatório	Registros atualizados dos procedimentos de Investigação e seus respectivos andamentos	Não
MATRIZ ESPECÍFICA MINISTÉRIO PÚBLICO	Obrigatório	Existência de histórico das informações sobre os procedimentos preparatórios, de investigação e/ou inquéritos.:	Não
MATRIZ ESPECÍFICA MINISTÉRIO PÚBLICO	Obrigatório	Registros atualizados sobre os Inquéritos civis e os respectivos andamentos:	Não
MATRIZ ESPECÍFICA MINISTÉRIO PÚBLICO	Recomendado	Ferramenta de pesquisa específica (que permita pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos) em relação ao conjunto de dados referentes a procedimentos preparatórios, de investigação e/ou inquéritos:	Não
MATRIZ ESPECÍFICA MINISTÉRIO PÚBLICO	Recomendado	Gravação de relatórios em diversos formatos em relação ao conjunto de dados referentes a procedimentos preparatórios, de investigação e/ou inquéritos:	Não
RECEITA	Essencial	Valores da receita pública arrecadada:	Sim
RECEITA	Obrigatório	Transferências voluntárias recebidas com indicação: da origem dos recursos:	Sim
RECEITA	Obrigatório	Transferências voluntárias recebidas com indicação: da data do repasse:	Sim
RECEITA	Obrigatório	Ferramenta de pesquisa específica (que permite pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos) em relação aos critérios de transferências voluntárias recebidas:	Sim
RECEITA	Obrigatório	Gravação de relatórios em diversos formatos em relação aos critérios de transferências voluntárias recebidas:	Não
RECEITA	Obrigatório	Existência de informações atualizadas em relação aos critérios de transferências voluntárias recebidas:	Sim
RECEITA	Obrigatório	Existência de histórico das informações em relação aos critérios de transferências voluntárias recebidas:	Não
RECEITA	Essencial	Valores da receita pública prevista na LOA:	Sim
RECEITA	Essencial	Classificação orçamentária por natureza da receita (categoria econômica, origem, espécie):	Sim
RECEITA	Obrigatório	Ferramenta de pesquisa específica (que permite pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos) em relação aos critérios da receita:	Sim
RECEITA	Obrigatório	Gravação de relatórios em diversos formatos em relação aos critérios da receita:	Não
RECEITA	Essencial	Existência de informações atualizadas em relação aos critérios da receita:	Não
RECEITA	Essencial	Existência de histórico das informações em relação aos critérios da receita:	Sim
RECEITA	Obrigatório	Transferências voluntárias recebidas com indicação: do valor recebido:	Sim
RECEITA	Obrigatório	Transferências voluntárias recebidas com indicação: do objeto:	Sim
DESPESA	Essencial	Número e o valor de empenho, liquidação e pagamento:	Sim
DESPESA	Obrigatório	Transferências voluntárias realizadas com indicação: de beneficiário:	Sim

		Procuradoria Geral de Justiça	
Categoria	**Tipo**	**Questão**	**Resposta**
DESPESA	Obrigatório	Transferências voluntárias realizadas com indicação: do objeto:	Sim
DESPESA	Obrigatório	Transferências voluntárias realizadas com indicação: do valor concedido:	Sim
DESPESA	Obrigatório	Transferências voluntárias realizadas com indicação: da data do repasse:	Sim
DESPESA	Obrigatório	Ferramenta de pesquisa específica (que permita pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos) em relação aos critérios de transferências voluntárias realizadas	Sim
DESPESA	Obrigatório	Gravação de relatórios em diversos formatos em relação aos critérios de transferências voluntárias realizadas:	Não
DESPESA	Obrigatório	Existência de informações atualizadas em relação aos critérios de transferências voluntárias realizadas:	Sim
DESPESA	Obrigatório	Existência de histórico das informações em relação aos critérios de transferências voluntárias realizadas:	Não
DESPESA	Essencial	Classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, a função, a subfunção, a natureza da despesa e a fonte dos recursos:	Não
DESPESA	Essencial	Pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento:	Sim
DESPESA	Essencial	Procedimento licitatório, bem como a sua dispensa ou inexigibilidade:	Sim
DESPESA	Essencial	Bem fornecido ou serviço prestado:	Sim
DESPESA	Obrigatório	Ferramenta de pesquisa específica (que permite pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos) em relação aos critérios da despesa:	Sim
DESPESA	Obrigatório	Gravação de relatórios em diversos formatos em relação aos critérios da despesa:	Não
DESPESA	Essencial	Existência de informações atualizadas em relação aos critérios da despesa:	Não
DESPESA	Essencial	Existência de histórico das informações em relação aos critérios da despesa:	Sim
RECURSOS HUMANOS	Obrigatório	Relação nominal dos servidores:	Sim
RECURSOS HUMANOS	Obrigatório	Indicação de cargo e/ou função desempenhada por cada servidor:	Sim
RECURSOS HUMANOS	Recomendado	Indicação da lotação de cada servidor:	Sim
RECURSOS HUMANOS	Obrigatório	Indicação da remuneração nominal de cada servidor:	Não
RECURSOS HUMANOS	Obrigatório	Tabela com o padrão remuneratório dos cargos e funções:	Sim
RECURSOS HUMANOS	Obrigatório	Existência de informações atualizadas:	Sim
RECURSOS HUMANOS	Obrigatório	Existência de histórico das informações:	Sim
RECURSOS HUMANOS	Obrigatório	Gravação de relatórios em diversos formatos:	Não
RECURSOS HUMANOS	Obrigatório	Ferramenta de pesquisa específica (que permite pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos):	Sim
DIÁRIAS	Obrigatório	Nome do beneficiário:	Sim
DIÁRIAS	Obrigatório	Ferramenta de pesquisa específica (que permita pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos):	Sim
DIÁRIAS	Obrigatório	Gravação de relatórios em diversos formatos:	Não
DIÁRIAS	Obrigatório	Cargo do beneficiário:	Sim
DIÁRIAS	Obrigatório	Número de diárias usufruídas por afastamento:	Sim
DIÁRIAS	Obrigatório	Período de afastamento:	Sim
DIÁRIAS	Obrigatório	Motivo do afastamento:	Sim
DIÁRIAS	Obrigatório	Local de destino:	Sim
DIÁRIAS	Obrigatório	Tabela ou relação que explicite os valores das diárias dentro do Estado, fora do Estado e fora do país, conforme legislação local:	Sim
DIÁRIAS	Obrigatório	Existência de informações atualizadas:	Sim
DIÁRIAS	Obrigatório	Existência de histórico das informações:	Sim

Procuradoria Geral de Justiça			
Categoria	**Tipo**	**Questão**	**Resposta**
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Íntegra dos editais de licitação:	Sim
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Gravação de relatórios em diversos formatos:	Não
CONTRATOS	Obrigatório	Existência de informações atualizadas:	Sim
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Existência de histórico das informações:	Sim
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Íntegra dos processos de dispensa de licitação:	Não
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Íntegra dos processos de inexigibilidade de licitação:	Não
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Íntegra das Atas de Adesão - SRP:	Sim
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Resultado das licitações indicando o(s) vencedores:	Sim
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Resultado das licitações indicando o(s) valor(es):	Sim
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Informação acerca da situação do certame (aberto, em andamento, suspenso, finalizado):	Sim
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Relação das licitações fracassadas e/ou desertas:	Não
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Ferramenta de pesquisa específica (que permita pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos) :	Sim
CONTRATOS	Obrigatório	Relação dos contratos celebrados, com o seu respectivo resumo:	Sim
CONTRATOS	Obrigatório	Íntegra dos contratos :	Sim
CONTRATOS	Obrigatório	Íntegra dos termos aditivos:	Sim
CONTRATOS	Obrigatório	Indicação do Fiscal do Contrato:	Não
CONTRATOS	Obrigatório	Existência de informações atualizadas:	Sim
CONTRATOS	Obrigatório	Existência de histórico das informações:	Sim
CONTRATOS	Obrigatório	Gravação de relatórios em diversos formatos:	Não
CONTRATOS	Obrigatório	Ferramenta de pesquisa específica (que permita pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos)	Sim
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (RGF)	Essencial	Publica o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) :	Sim
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (RGF)	Essencial	Existência de informações atualizadas	Sim
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (RGF)	Essencial	Existência de histórico das informações	Sim
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (RGF)	Obrigatório	Ferramenta de pesquisa específica (que permita pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos)	Sim
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (RGF)	Obrigatório	Publica o Relatório Circunstanciado do Ano Anterior?	Não

Apêndice D- Respostas estruturadas do Poder Executivo

		Poder Executivo – Estado do Piauí	
Categoria	**Tipo**	**Questão**	**Resposta**
ACESSIBILIDADE	Obrigatório	Exibição do "caminho" de páginas percorridas pelo usuário:	Sim
ACESSIBILIDADE	Obrigatório	Opção de alto contraste:	Sim
ACESSIBILIDADE	Obrigatório	Redimensionamento de texto:	Sim
ACESSIBILIDADE	Obrigatório	Contém símbolo de acessibilidade em destaque:	Sim
ACESSIBILIDADE	Obrigatório	Mapa do site:	Sim
CONTRATOS	Obrigatório	Existência de informações atualizadas:	Sim
CONTRATOS	Obrigatório	Relação dos contratos celebrados, com o seu respectivo resumo:	Sim
CONTRATOS	Obrigatório	Íntegra dos contratos :	Sim
CONTRATOS	Obrigatório	Íntegra dos termos aditivos:	Sim
CONTRATOS	Obrigatório	Indicação do Fiscal do Contrato:	Sim
CONTRATOS	Obrigatório	Existência de informações atualizadas:	Sim
CONTRATOS	Obrigatório	Existência de histórico das informações:	Sim
CONTRATOS	Obrigatório	Gravação de relatórios em diversos formatos:	Sim
CONTRATOS	Obrigatório	Ferramenta de pesquisa específica (que permita pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos)	Sim
DESPESA	Essencial	Número e o valor de empenho, liquidação e pagamento:	Sim
DESPESA	Obrigatório	Transferências voluntárias realizadas com indicação: de beneficiário:	Sim
DESPESA	Obrigatório	Transferências voluntárias realizadas com indicação: do objeto:	Sim
DESPESA	Obrigatório	Transferências voluntárias realizadas com indicação: do valor concedido:	Sim
DESPESA	Obrigatório	Transferências voluntárias realizadas com indicação: da data do repasse:	Não
DESPESA	Obrigatório	Ferramenta de pesquisa específica (que permita pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos) em relação aos critérios de transferências voluntárias realizadas	Sim
DESPESA	Obrigatório	Gravação de relatórios em diversos formatos em relação aos critérios de transferências voluntárias realizadas:	Sim
DESPESA	Obrigatório	Existência de informações atualizadas em relação aos critérios de transferências voluntárias realizadas:	Sim
DESPESA	Obrigatório	Existência de histórico das informações em relação aos critérios de transferências voluntárias realizadas:	Não
DESPESA	Essencial	Classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, a função, a subfunção, a natureza da despesa e a fonte dos recursos:	Sim
DESPESA	Essencial	Pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento:	Sim
DESPESA	Essencial	Procedimento licitatório, bem como a sua dispensa ou inexigibilidade:	Sim
DESPESA	Essencial	Bem fornecido ou serviço prestado:	Sim
DESPESA	Obrigatório	Ferramenta de pesquisa específica (que permite pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos) em relação aos critérios da despesa:	Sim
DESPESA	Obrigatório	Gravação de relatórios em diversos formatos em relação aos critérios da despesa:	Sim
DESPESA	Essencial	Existência de informações atualizadas em relação aos critérios da despesa:	Sim
DESPESA	Essencial	Existência de histórico das informações em relação aos critérios da despesa:	Sim
DIÁRIAS	Obrigatório	Nome do beneficiário:	Sim

Poder Executivo – Estado do Piauí			
Categoria	**Tipo**	**Questão**	**Resposta**
DIÁRIAS	Obrigatório	Ferramenta de pesquisa específica (que permita pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos):	Sim
DIÁRIAS	Obrigatório	Gravação de relatórios em diversos formatos:	Sim
DIÁRIAS	Obrigatório	Cargo do beneficiário:	Sim
DIÁRIAS	Obrigatório	Número de diárias usufruídas por afastamento:	Sim
DIÁRIAS	Obrigatório	Período de afastamento:	Sim
DIÁRIAS	Obrigatório	Motivo do afastamento:	Não
DIÁRIAS	Obrigatório	Local de destino:	Sim
DIÁRIAS	Obrigatório	Tabela ou relação que explicite os valores das diárias dentro do Estado, fora do Estado e fora do país, conforme legislação local:	Sim
DIÁRIAS	Obrigatório	Existência de informações atualizadas:	Sim
DIÁRIAS	Obrigatório	Existência de histórico das informações:	Sim
INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	Obrigatório	O site possui COMPETÊNCIAS?	Não
INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	Obrigatório	Estrutura Organizacional?	Sim
INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	Obrigatório	Identificação dos Responsáveis:	Sim
INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	Obrigatório	Endereços:	Sim
INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	Obrigatório	Telefone:	Sim
INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	Obrigatório	Horário de atendimento:	Não
INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	Obrigatório	Perguntas e respostas mais frequentes:	Sim
INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	Recomendado	Canal de Comunicação com cidadão do tipo 'Fale Conosco', que permite ao interessado comunicar-se com órgão por via eletrônica ou telefônica:	Sim
INFORMAÇÕES PRIORITÁRIAS	Essencial	A entidade pública possui sítio oficial e/ou portal da transparência próprio ou compartilhado na internet?	Sim
INFORMAÇÕES PRIORITÁRIAS	Obrigatório	O site contém ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação?	Não
INSTRUMENTOS DA GESTÃO FISCAL E DO PLANEJAMENTO	Essencial	Existência de PPA (Lei do Plano Plurianual):	Sim
INSTRUMENTOS DA GESTÃO FISCAL E DO PLANEJAMENTO	Essencial	Existência do Anexo do PPA:	Sim
INSTRUMENTOS DA GESTÃO FISCAL E DO PLANEJAMENTO	Essencial	Existência de LDO (Lei do Diretrizes Orçamentárias):	Sim
INSTRUMENTOS DA GESTÃO FISCAL E DO PLANEJAMENTO	Essencial	Existência do Anexo da LDO:	Sim
INSTRUMENTOS DA GESTÃO FISCAL E DO PLANEJAMENTO	Essencial	Existência de LOA (Lei Orçamentária):	Sim
INSTRUMENTOS DA GESTÃO FISCAL E DO PLANEJAMENTO	Essencial	Existência do Anexo da LOA:	Sim
INSTRUMENTOS DA GESTÃO FISCAL E DO PLANEJAMENTO	Essencial	Parecer prévio do TCE:	Sim

Poder Executivo – Estado do Piauí			
Categoria	**Tipo**	**Questão**	**Resposta**
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Íntegra dos editais de licitação:	Sim
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Gravação de relatórios em diversos formatos:	Sim
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Existência de histórico das informações:	Sim
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Íntegra dos processos de dispensa de licitação:	Sim
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Íntegra dos processos de inexigibilidade de licitação:	Sim
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Íntegra das Atas de Adesão - SRP:	Sim
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Resultado das licitações indicando o(s) vencedores:	Sim
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Resultado das licitações indicando o(s) valor(es):	Sim
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Informação acerca da situação do certame (aberto, em andamento, suspenso, finalizado):	Sim
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Relação das licitações fracassadas e/ou desertas:	Não
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Ferramenta de pesquisa específica (que permita pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos) :	Sim
OUVIDORIA	Recomendado	Há informações sobre o atendimento presencial pela Ouvidoria:	Sim
OUVIDORIA	Recomendado	Divulga Carta de Serviços ao Usuário:	Sim
OUVIDORIA	Recomendado	Participação em redes sociais:	Sim
OUVIDORIA	Recomendado	Há canal eletrônico de acesso/interação com a Ouvidoria:	Sim
OUVIDORIA	Obrigatório	Divulga informações sobre Renúncias Fiscais:	Não
OUVIDORIA	Obrigatório	Existência de informações atualizadas em relação às Renúncias Fiscais:	Não
OUVIDORIA	Obrigatório	Existência de histórico das informações em relação às Renúncias Fiscais:	Não
OUVIDORIA	Obrigatório	Gravação de relatórios em diversos formatos em relação ao conjunto de dados referentes às Renúncias Fiscais:	Sim
OUVIDORIA	Obrigatório	Ferramenta de pesquisa específica (que permita pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos) em relação ao conjunto de dados referentes às Renúncias Fiscais:	Sim
OUVIDORIA	Obrigatório	Divulga o Plano Estadual/Municipal de Saúde:	Sim
OUVIDORIA	Obrigatório	Divulga o Plano Estadual/Municipal de Educação:	Sim
OUVIDORIA	Obrigatório	Divulga o Relatório de Gestão Estadual/Municipal de Saúde:	Não
RECEITA	Essencial	Valores da receita pública arrecadada:	Sim
RECEITA	Obrigatório	Transferências voluntárias recebidas com indicação: da origem dos recursos:	Não
RECEITA	Obrigatório	Transferências voluntárias recebidas com indicação: da data do repasse:	Não

		Poder Executivo – Estado do Piauí	
Categoria	**Tipo**	**Questão**	**Resposta**
RECEITA	Obrigatório	Ferramenta de pesquisa específica (que permite pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos) em relação aos critérios de transferências voluntárias recebidas:	Não
RECEITA	Obrigatório	Gravação de relatórios em diversos formatos em relação aos critérios de transferências voluntárias recebidas:	Não
RECEITA	Obrigatório	Existência de informações atualizadas em relação aos critérios de transferências voluntárias recebidas:	Não
RECEITA	Obrigatório	Existência de histórico das informações em relação aos critérios de transferências voluntárias recebidas:	Não
RECEITA	Essencial	Valores da receita pública prevista na LOA:	Sim
RECEITA	Essencial	Classificação orçamentária por natureza da receita (categoria econômica, origem, espécie):	Sim
RECEITA	Obrigatório	Ferramenta de pesquisa específica (que permite pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos) em relação aos critérios da receita:	Sim
RECEITA	Obrigatório	Gravação de relatórios em diversos formatos em relação aos critérios da receita:	Sim
RECEITA	Essencial	Existência de informações atualizadas em relação aos critérios da receita:	Sim
RECEITA	Essencial	Existência de histórico das informações em relação aos critérios da receita:	Não
RECEITA	Obrigatório	Transferências voluntárias recebidas com indicação: do valor recebido:	Não
RECEITA	Obrigatório	Transferências voluntárias recebidas com indicação: do objeto:	Não
RECURSOS HUMANOS	Obrigatório	Relação nominal dos servidores:	Sim
RECURSOS HUMANOS	Obrigatório	Indicação de cargo e/ou função desempenhada por cada servidor:	Sim
RECURSOS HUMANOS	Recomendado	Indicação da lotação de cada servidor:	Sim
RECURSOS HUMANOS	Obrigatório	Indicação da remuneração nominal de cada servidor:	Sim
RECURSOS HUMANOS	Obrigatório	Tabela com o padrão remuneratório dos cargos e funções:	Sim
RECURSOS HUMANOS	Obrigatório	Existência de informações atualizadas:	Sim
RECURSOS HUMANOS	Obrigatório	Existência de histórico das informações:	Sim
RECURSOS HUMANOS	Obrigatório	Gravação de relatórios em diversos formatos:	Sim
RECURSOS HUMANOS	Obrigatório	Ferramenta de pesquisa específica (que permite pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos):	Sim
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (RGF)	Essencial	Publica o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) :	Sim
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (RGF)	Essencial	Existência de informações atualizadas	Sim
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (RGF)	Essencial	Existência de histórico das informações	Sim
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (RGF)	Obrigatório	Ferramenta de pesquisa específica (que permita pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos)	Não
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (RGF)	Obrigatório	Publica o Relatório Circunstanciado do Ano Anterior?	Sim
RELATÓRIOS TRANSPARÊNCIA DA GEST FISCAL	Essencial	Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO):	Sim
RELATÓRIOS TRANSPARÊNCIA DA GEST FISCAL	Essencial	Existência de histórico das informações (RREO):	Sim
RELATÓRIOS TRANSPARÊNCIA DA GEST FISCAL	Obrigatório	Ferramenta de pesquisa específica (que permita pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos) (RREO):	Não
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO - SIC (FÍSICO)	Obrigatório	Indicação da unidade/setor responsável pelo SIC:	Sim
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO - SIC (FÍSICO)	Obrigatório	Indicação de endereço físico da unidade responsável pelo SIC:	Sim

Poder Executivo – Estado do Piauí			
Categoria	**Tipo**	**Questão**	**Resposta**
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO - SIC (FÍSICO)	Obrigatório	Indicação de telefone da unidade responsável pelo SIC:	Sim
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO - SIC (FÍSICO)	Obrigatório	Indicação dos horários de funcionamento da unidade responsável pelo SIC:	Sim
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO e-SIC ELETRÔNICO	Obrigatório	Há possibilidade de envio de pedidos de informação de forma eletrônica (eSIC):	Sim
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO e-SIC ELETRÔNICO	Obrigatório	A solicitação por meio do eSIC é simples, ou seja, sem a exigência de itens de identificação do requerente que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação, tais como: envio de documentos, assinatura reconhecida, declaração de responsabilidade, maioridade. *A exigência de cadastro prévio não configura dificuldade ou impossibilidade de acesso à informação.	Sim
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO e-SIC ELETRÔNICO	Recomendado	Instrumento normativo local que regulamente a LAI:	Sim
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO e-SIC ELETRÔNICO	Obrigatório	O ente publica relatório anual estatístico contendo a quantidade de pedidos de acesso recebidos, atendidos, indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes:	Sim
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO e-SIC ELETRÔNICO	Obrigatório	Existe rol das informações que tenham sido desclassificadas nos últimos 12 (doze) meses:	Sim
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO e-SIC ELETRÔNICO	Obrigatório	Existe rol de documentos classificados em cada grau de sigilo, com identificação para referência futura:	Não

Apêndice E- Respostas estruturadas do Tribunal de Justiça

Tribunal de Justiça do Estado do Piauí			
Categoria	**Tipo**	**Questão**	**Resposta**
INFORMAÇÕES PRIORITÁRIAS	Essencial	A entidade pública possui sítio oficial e/ou portal da transparência próprio ou compartilhado na internet?	Sim
INFORMAÇÕES PRIORITÁRIAS	Obrigatório	O site contém ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação?	Sim
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO - SIC (FÍSICO)	Obrigatório	Indicação da unidade/setor responsável pelo SIC:	Sim
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO - SIC (FÍSICO)	Obrigatório	Indicação de endereço físico da unidade responsável pelo SIC:	Sim
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO - SIC (FÍSICO)	Obrigatório	Indicação de telefone da unidade responsável pelo SIC:	Sim
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO - SIC (FÍSICO)	Obrigatório	Indicação dos horários de funcionamento da unidade responsável pelo SIC:	Sim
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO e-SIC ELETRÔNICO	Obrigatório	Há possibilidade de envio de pedidos de informação de forma eletrônica (eSIC):	Sim
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO e-SIC ELETRÔNICO	Obrigatório	A solicitação por meio do eSIC é simples, ou seja, sem a exigência de itens de identificação do requerente que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação, tais como: envio de documentos, assinatura reconhecida, declaração de responsabilidade, maioridade. *A exigência de cadastro prévio não configura dificuldade ou impossibilidade de acesso à informação.	Sim
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO e-SIC ELETRÔNICO	Recomendado	Instrumento normativo local que regulamente a LAI:	Não
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO e-SIC ELETRÔNICO	Obrigatório	O ente publica relatório anual estatístico contendo a quantidade de pedidos de acesso recebidos, atendidos, indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes:	Sim
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO e-SIC ELETRÔNICO	Obrigatório	Existe rol das informações que tenham sido desclassificadas nos últimos 12 (doze) meses:	Sim
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO e-SIC ELETRÔNICO	Obrigatório	Existe rol de documentos classificados em cada grau de sigilo, com identificação para referência futura:	Sim
ACESSIBILIDADE	Obrigatório	Exibição do "caminho" de páginas percorridas pelo usuário:	Sim
ACESSIBILIDADE	Obrigatório	Opção de alto contraste:	Sim
ACESSIBILIDADE	Obrigatório	Redimensionamento de texto:	Sim
ACESSIBILIDADE	Obrigatório	Contém símbolo de acessibilidade em destaque:	Sim
ACESSIBILIDADE	Obrigatório	Mapa do site:	Sim
OUVIDORIA	Recomendado	Há informações sobre o atendimento presencial pela Ouvidoria:	Sim
OUVIDORIA	Recomendado	Divulga Carta de Serviços ao Usuário:	Sim
OUVIDORIA	Recomendado	Participação em redes sociais:	Sim
OUVIDORIA	Recomendado	Há canal eletrônico de acesso/interação com a Ouvidoria:	Sim

Tribunal de Justiça do Estado do Piauí			
Categoria	**Tipo**	**Questão**	**Resposta**
MATRIZ ESPECÍFICA PODER JUDICIÁRIO	Obrigatório	Legislação:	Sim
MATRIZ ESPECÍFICA PODER JUDICIÁRIO	Obrigatório	Divulga pauta das sessões (lista de processos aptos a julgamento conclusos), preferencialmente por ordem cronológica dos últimos 30 dias:	Sim
MATRIZ ESPECÍFICA PODER JUDICIÁRIO	Obrigatório	Divulga ata das sessões de julgamento/deliberativas do corrente ano:	Não
MATRIZ ESPECÍFICA PODER JUDICIÁRIO	Obrigatório	Divulga informativo de jurisprudência contendo decisões atualizadas (últimos 30 dias):	Não
MATRIZ ESPECÍFICA PODER JUDICIÁRIO	Obrigatório	Possui ferramenta de consulta de jurisprudência (v.g., sentenças, decisões, deliberações, acórdãos):	Sim
MATRIZ ESPECÍFICA PODER JUDICIÁRIO	Recomendado	É possível localizar decisões, seja em informativos, seja pela consulta de jurisprudência, relativos aos 3 anos que antecedem ao da pesquisa:	Sim
INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	Obrigatório	O site possui COMPETÊNCIAS?	Sim
INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	Obrigatório	Estrutura Organizacional?	Sim
INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	Obrigatório	Identificação dos Responsáveis:	Sim
INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	Obrigatório	Endereços:	Sim
INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	Obrigatório	Telefone:	Sim
INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	Obrigatório	Horário de atendimento:	Sim
INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	Obrigatório	Perguntas e respostas mais frequentes:	Sim
INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	Recomendado	Canal de Comunicação com cidadão do tipo 'Fale Conosco', que permite ao interessado comunicar-se com órgão por via eletrônica ou telefônica:	Sim
RECEITA	Essencial	Valores da receita pública arrecadada:	Sim
RECEITA	Obrigatório	Transferências voluntárias recebidas com indicação: da origem dos recursos:	Não
RECEITA	Obrigatório	Transferências voluntárias recebidas com indicação: da data do repasse:	Não
RECEITA	Obrigatório	Ferramenta de pesquisa específica (que permite pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos) em relação aos critérios de transferências voluntárias recebidas:	Não
RECEITA	Obrigatório	Gravação de relatórios em diversos formatos em relação aos critérios de transferências voluntárias recebidas:	Não
RECEITA	Obrigatório	Existência de informações atualizadas em relação aos critérios de transferências voluntárias recebidas:	Não
RECEITA	Obrigatório	Existência de histórico das informações em relação aos critérios de transferências voluntárias recebidas:	Não
RECEITA	Essencial	Valores da receita pública prevista na LOA:	Sim
RECEITA	Essencial	Classificação orçamentária por natureza da receita (categoria econômica, origem, espécie):	Sim
RECEITA	Obrigatório	Ferramenta de pesquisa específica (que permite pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos) em relação aos critérios da receita:	Não
RECEITA	Obrigatório	Gravação de relatórios em diversos formatos em relação aos critérios da receita:	Sim
RECEITA	Essencial	Existência de informações atualizadas em relação aos critérios da receita:	Não
RECEITA	Essencial	Existência de histórico das informações em relação aos critérios da receita:	Sim
RECEITA	Obrigatório	Transferências voluntárias recebidas com indicação: do valor recebido:	Não
RECEITA	Obrigatório	Transferências voluntárias recebidas com indicação: do objeto:	Não
DESPESA	Essencial	Número e o valor de empenho, liquidação e pagamento:	Sim

Tribunal de Justiça do Estado do Piauí			
Categoria	**Tipo**	**Questão**	**Resposta**
DESPESA	Obrigatório	Transferências voluntárias realizadas com indicação: de beneficiário:	Não
DESPESA	Obrigatório	Transferências voluntárias realizadas com indicação: do objeto:	Não
DESPESA	Obrigatório	Transferências voluntárias realizadas com indicação: do valor concedido:	Não
DESPESA	Obrigatório	Transferências voluntárias realizadas com indicação: da data do repasse:	Não
DESPESA	Obrigatório	Ferramenta de pesquisa específica (que permita pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos) em relação aos critérios de transferências voluntárias realizadas	Não
DESPESA	Obrigatório	Gravação de relatórios em diversos formatos em relação aos critérios de transferências voluntárias realizadas:	Não
DESPESA	Obrigatório	Existência de informações atualizadas em relação aos critérios de transferências voluntárias realizadas:	Não
DESPESA	Obrigatório	Existência de histórico das informações em relação aos critérios de transferências voluntárias realizadas:	Não
DESPESA	Essencial	Classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, a função, a subfunção, a natureza da despesa e a fonte dos recursos:	Sim
DESPESA	Essencial	Pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento:	Sim
DESPESA	Essencial	Procedimento licitatório, bem como a sua dispensa ou inexigibilidade:	Sim
DESPESA	Essencial	Bem fornecido ou serviço prestado:	Sim
DESPESA	Obrigatório	Ferramenta de pesquisa específica (que permite pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos) em relação aos critérios da despesa:	Não
DESPESA	Obrigatório	Gravação de relatórios em diversos formatos em relação aos critérios da despesa:	Sim
DESPESA	Essencial	Existência de informações atualizadas em relação aos critérios da despesa:	Não
DESPESA	Essencial	Existência de histórico das informações em relação aos critérios da despesa:	Sim
RECURSOS HUMANOS	Obrigatório	Relação nominal dos servidores:	Sim
RECURSOS HUMANOS	Obrigatório	Indicação de cargo e/ou função desempenhada por cada servidor:	Sim
RECURSOS HUMANOS	Recomendado	Indicação da lotação de cada servidor:	Sim
RECURSOS HUMANOS	Obrigatório	Indicação da remuneração nominal de cada servidor:	Sim
RECURSOS HUMANOS	Obrigatório	Tabela com o padrão remuneratório dos cargos e funções:	Sim
RECURSOS HUMANOS	Obrigatório	Existência de informações atualizadas:	Sim
RECURSOS HUMANOS	Obrigatório	Existência de histórico das informações:	Sim
RECURSOS HUMANOS	Obrigatório	Gravação de relatórios em diversos formatos:	Sim
RECURSOS HUMANOS	Obrigatório	Ferramenta de pesquisa específica (que permite pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos):	Sim
DIÁRIAS	Obrigatório	Nome do beneficiário:	Sim
DIÁRIAS	Obrigatório	Ferramenta de pesquisa específica (que permita pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos):	Sim
DIÁRIAS	Obrigatório	Gravação de relatórios em diversos formatos:	Sim
DIÁRIAS	Obrigatório	Cargo do beneficiário:	Sim
DIÁRIAS	Obrigatório	Número de diárias usufruídas por afastamento:	Sim
DIÁRIAS	Obrigatório	Período de afastamento:	Sim
DIÁRIAS	Obrigatório	Motivo do afastamento:	Sim
DIÁRIAS	Obrigatório	Local de destino:	Sim
DIÁRIAS	Obrigatório	Tabela ou relação que explicite os valores das diárias dentro do Estado, fora do Estado e fora do país, conforme legislação local:	Sim
DIÁRIAS	Obrigatório	Existência de informações atualizadas:	Sim

Tribunal de Justiça do Estado do Piauí			
Categoria	**Tipo**	**Questão**	**Resposta**
DIÁRIAS	Obrigatório	Existência de histórico das informações:	Sim
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Íntegra dos editais de licitação:	Sim
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Gravação de relatórios em diversos formatos:	Sim
CONTRATOS	Obrigatório	Existência de informações atualizadas:	Sim
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Existência de histórico das informações:	Sim
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Íntegra dos processos de dispensa de licitação:	Sim
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Íntegra dos processos de inexigibilidade de licitação:	Sim
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Íntegra das Atas de Adesão - SRP:	Sim
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Resultado das licitações indicando o(s) vencedores:	Sim
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Resultado das licitações indicando o(s) valor(es):	Sim
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Informação acerca da situação do certame (aberto, em andamento, suspenso, finalizado):	Sim
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Relação das licitações fracassadas e/ou desertas:	Não
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Ferramenta de pesquisa específica (que permita pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos) :	Sim
CONTRATOS	Obrigatório	Relação dos contratos celebrados, com o seu respectivo resumo:	Sim
CONTRATOS	Obrigatório	Íntegra dos contratos :	Sim
CONTRATOS	Obrigatório	Íntegra dos termos aditivos:	Sim
CONTRATOS	Obrigatório	Indicação do Fiscal do Contrato:	Sim
CONTRATOS	Obrigatório	Existência de informações atualizadas:	Sim
CONTRATOS	Obrigatório	Existência de histórico das informações:	Sim
CONTRATOS	Obrigatório	Gravação de relatórios em diversos formatos:	Sim
CONTRATOS	Obrigatório	Ferramenta de pesquisa específica (que permita pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos)	Sim
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (RGF)	Essencial	Publica o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) :	Sim
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (RGF)	Essencial	Existência de informações atualizadas	Sim
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (RGF)	Essencial	Existência de histórico das informações	Sim
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (RGF)	Obrigatório	Ferramenta de pesquisa específica (que permita pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos)	Não
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (RGF)	Obrigatório	Publica o Relatório Circunstanciado do Ano Anterior?	Não

Apêndice F- Respostas estruturadas do Tribunal de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Piauí			
Categoria	**Tipo**	**Questão**	**Resposta**
INFORMAÇÕES PRIORITÁRIAS	Essencial	A entidade pública possui sítio oficial e/ou portal da transparência próprio ou compartilhado na internet?	Sim
INFORMAÇÕES PRIORITÁRIAS	Obrigatório	O site contém ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação?	Sim
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO - SIC (FÍSICO)	Obrigatório	Indicação da unidade/setor responsável pelo SIC:	Sim
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO - SIC (FÍSICO)	Obrigatório	Indicação de endereço físico da unidade responsável pelo SIC:	Sim
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO - SIC (FÍSICO)	Obrigatório	Indicação de telefone da unidade responsável pelo SIC:	Sim
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO - SIC (FÍSICO)	Obrigatório	Indicação dos horários de funcionamento da unidade responsável pelo SIC:	Sim
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO e-SIC ELETRÔNICO	Obrigatório	Há possibilidade de envio de pedidos de informação de forma eletrônica (eSIC):	Sim
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO e-SIC ELETRÔNICO	Obrigatório	A solicitação por meio do eSIC é simples, ou seja, sem a exigência de itens de identificação do requerente que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação, tais como: envio de documentos, assinatura reconhecida, declaração de responsabilidade, maioridade. *A exigência de cadastro prévio não configura dificuldade ou impossibilidade de acesso à informação.	Sim
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO e-SIC ELETRÔNICO	Recomendado	Instrumento normativo local que regulamente a LAI:	Sim
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO e-SIC ELETRÔNICO	Obrigatório	O ente publica relatório anual estatístico contendo a quantidade de pedidos de acesso recebidos, atendidos, indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes:	Sim
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO e-SIC ELETRÔNICO	Obrigatório	Existe rol das informações que tenham sido desclassificadas nos últimos 12 (doze) meses:	Não
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO e-SIC ELETRÔNICO	Obrigatório	Existe rol de documentos classificados em cada grau de sigilo, com identificação para referência futura:	Não
ACESSIBILIDADE	Obrigatório	Exibição do "caminho" de páginas percorridas pelo usuário:	Sim
ACESSIBILIDADE	Obrigatório	Opção de alto contraste:	Sim
ACESSIBILIDADE	Obrigatório	Redimensionamento de texto:	Sim
ACESSIBILIDADE	Obrigatório	Contém símbolo de acessibilidade em destaque:	Sim
ACESSIBILIDADE	Obrigatório	Mapa do site:	Sim
OUVIDORIA	Recomendado	Há informações sobre o atendimento presencial pela Ouvidoria:	Sim
OUVIDORIA	Recomendado	Divulga Carta de Serviços ao Usuário:	Sim
OUVIDORIA	Recomendado	Participação em redes sociais:	Sim
OUVIDORIA	Recomendado	Há canal eletrônico de acesso/interação com a Ouvidoria:	Sim
MATRIZ ESPECÍFICA TRIBUNAL DE CONTAS	Obrigatório	Legislação:	Sim

Tribunal de Contas do Estado do Piauí			
Categoria	**Tipo**	**Questão**	**Resposta**
MATRIZ ESPECÍFICA TRIBUNAL DE CONTAS	Recomendado	Há ferramenta de pesquisa que permita fazer busca específica no conjunto de dados relativos a súmulas e pareceres:	Sim
MATRIZ ESPECÍFICA TRIBUNAL DE CONTAS	Recomendado	Divulga informações técnicas de cunho orientativo:	Sim
MATRIZ ESPECÍFICA TRIBUNAL DE CONTAS	Recomendado	Informa, de modo atualizado (ano corrente), a respeito de montante de despesas irregulares prevenidas (economia gerada com ações preventivas):	Sim
MATRIZ ESPECÍFICA TRIBUNAL DE CONTAS	Recomendado	Informa, de modo atualizado (últimos 30 dias), sobre valor das condenações (débitos):	Sim
MATRIZ ESPECÍFICA TRIBUNAL DE CONTAS	Recomendado	Informa, de modo atualizado (últimos 30 dias), sobre valor das condenações (multas aplicadas):	Sim
MATRIZ ESPECÍFICA TRIBUNAL DE CONTAS	Recomendado	Divulga dados atualizados a respeito do montante de recursos ressarcidos ao Erário (ano corrente):	Não
MATRIZ ESPECÍFICA TRIBUNAL DE CONTAS	Recomendado	Divulga relação de responsáveis por contas julgadas irregulares (ano corrente e aos 3 anos que antecedem ao da pesquisa):	Sim
MATRIZ ESPECÍFICA TRIBUNAL DE CONTAS	Recomendado	Quanto aos processos de controle externo, o TC divulga pelo menos os seguintes dados: voto condutor da decisão, parecer ministerial, relatório técnico e elementos de defesa? (para pontuar, tem que apresentar pelo menos 3 dos 4 dados exigidos):	Sim
MATRIZ ESPECÍFICA TRIBUNAL DE CONTAS	Recomendado	O TC disponibiliza dados atualizados encaminhados pelos respectivos entes fiscalizados (União, Estados ou Municípios) referentes à despesa e à receita, em formato aberto e estruturado:	Sim
MATRIZ ESPECÍFICA TRIBUNAL DE CONTAS	Recomendado	Ferramenta de pesquisa específica (que permita pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos) a respeito dos dados encaminhados pelos entes fiscalizados:	Sim
MATRIZ ESPECÍFICA TRIBUNAL DE CONTAS	Obrigatório	Divulga pauta das sessões (lista de processos aptos a julgamento conclusos), preferencialmente por ordem cronológica dos últimos 30 dias:	Sim
MATRIZ ESPECÍFICA TRIBUNAL DE CONTAS	Recomendado	Existência de histórico das informações a respeito dos dados encaminhados pelos entes fiscalizados:	Sim
MATRIZ ESPECÍFICA TRIBUNAL DE CONTAS	Recomendado	Gravação de relatórios em diversos formatos a respeito dos dados encaminhados pelos entes fiscalizados:	Sim
MATRIZ ESPECÍFICA TRIBUNAL DE CONTAS	Obrigatório	Divulga ata das sessões de julgamento/deliberativas do corrente ano:	Sim
MATRIZ ESPECÍFICA TRIBUNAL DE CONTAS	Obrigatório	Divulga informativo de jurisprudência contendo decisões atualizadas (últimos 30 dias):	Sim
MATRIZ ESPECÍFICA TRIBUNAL DE CONTAS	Recomendado	Possui ferramenta de consulta de jurisprudência (v.g., sentenças, decisões, deliberações, acórdãos):	Sim
MATRIZ ESPECÍFICA TRIBUNAL DE CONTAS	Recomendado	É possível localizar decisões, seja em informativos, seja pela consulta de jurisprudência, relativos aos 3 anos que antecedem ao da pesquisa:	Sim
MATRIZ ESPECÍFICA TRIBUNAL DE CONTAS	Recomendado	Divulga seus próprios atos normativos:	Sim
MATRIZ ESPECÍFICA TRIBUNAL DE CONTAS	Recomendado	Divulga súmulas e pareceres que edita referente aos 3 anos que antecedem ao da pesquisa:	Sim
MATRIZ ESPECÍFICA TRIBUNAL DE CONTAS	Recomendado	Divulga súmulas e pareceres que edita referente aos últimos 3 anos:	Sim
INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	Obrigatório	O site possui COMPETÊNCIAS?	Sim
INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	Obrigatório	Estrutura Organizacional?	Sim
INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	Obrigatório	Identificação dos Responsáveis:	Sim
INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	Obrigatório	Endereços:	Sim
INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	Obrigatório	Telefone:	Sim
INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	Obrigatório	Horário de atendimento:	Sim

Tribunal de Contas do Estado do Piauí			
Categoria	**Tipo**	**Questão**	**Resposta**
INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	Obrigatório	Perguntas e respostas mais frequentes:	Sim
INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	Recomendado	Canal de Comunicação com cidadão do tipo 'Fale Conosco', que permite ao interessado comunicar-se com órgão por via eletrônica ou telefônica:	Sim
RECEITA	Essencial	Valores da receita pública arrecadada:	Sim
RECEITA	Obrigatório	Transferências voluntárias recebidas com indicação: da origem dos recursos:	Sim
RECEITA	Obrigatório	Transferências voluntárias recebidas com indicação: da data do repasse:	Sim
RECEITA	Obrigatório	Ferramenta de pesquisa específica (que permite pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos) em relação aos critérios de transferências voluntárias recebidas:	Sim
RECEITA	Obrigatório	Gravação de relatórios em diversos formatos em relação aos critérios de transferências voluntárias recebidas:	Sim
RECEITA	Obrigatório	Existência de informações atualizadas em relação aos critérios de transferências voluntárias recebidas:	Sim
RECEITA	Obrigatório	Existência de histórico das informações em relação aos critérios de transferências voluntárias recebidas:	Sim
RECEITA	Essencial	Valores da receita pública prevista na LOA:	Sim
RECEITA	Essencial	Classificação orçamentária por natureza da receita (categoria econômica, origem, espécie):	Sim
RECEITA	Obrigatório	Ferramenta de pesquisa específica (que permite pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos) em relação aos critérios da receita:	Sim
RECEITA	Obrigatório	Gravação de relatórios em diversos formatos em relação aos critérios da receita:	Sim
RECEITA	Essencial	Existência de informações atualizadas em relação aos critérios da receita:	Sim
RECEITA	Essencial	Existência de histórico das informações em relação aos critérios da receita:	Sim
RECEITA	Obrigatório	Transferências voluntárias recebidas com indicação: do valor recebido:	Sim
RECEITA	Obrigatório	Transferências voluntárias recebidas com indicação: do objeto:	Sim
DESPESA	Essencial	Número e o valor de empenho, liquidação e pagamento:	Sim
DESPESA	Obrigatório	Transferências voluntárias realizadas com indicação: de beneficiário:	Sim
DESPESA	Obrigatório	Transferências voluntárias realizadas com indicação: do objeto:	Sim
DESPESA	Obrigatório	Transferências voluntárias realizadas com indicação: do valor concedido:	Sim
DESPESA	Obrigatório	Transferências voluntárias realizadas com indicação: da data do repasse:	Sim
DESPESA	Obrigatório	Ferramenta de pesquisa específica (que permita pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos) em relação aos critérios de transferências voluntárias realizadas	Sim
DESPESA	Obrigatório	Gravação de relatórios em diversos formatos em relação aos critérios de transferências voluntárias realizadas:	Sim
DESPESA	Obrigatório	Existência de informações atualizadas em relação aos critérios de transferências voluntárias realizadas:	Sim
DESPESA	Obrigatório	Existência de histórico das informações em relação aos critérios de transferências voluntárias realizadas:	Sim
DESPESA	Essencial	Classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, a função, a subfunção, a natureza da despesa e a fonte dos recursos:	Sim
DESPESA	Essencial	Pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento:	Sim
DESPESA	Essencial	Procedimento licitatório, bem como a sua dispensa ou inexigibilidade:	Sim
DESPESA	Essencial	Bem fornecido ou serviço prestado:	Sim
DESPESA	Obrigatório	Ferramenta de pesquisa específica (que permite pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos) em relação aos critérios da despesa:	Sim
DESPESA	Obrigatório	Gravação de relatórios em diversos formatos em relação aos critérios da despesa:	Sim
DESPESA	Essencial	Existência de informações atualizadas em relação aos critérios da despesa:	Sim

Tribunal de Contas do Estado do Piauí			
Categoria	**Tipo**	**Questão**	**Resposta**
DESPESA	Essencial	Existência de histórico das informações em relação aos critérios da despesa:	Sim
RECURSOS HUMANOS	Obrigatório	Relação nominal dos servidores:	Sim
RECURSOS HUMANOS	Obrigatório	Indicação de cargo e/ou função desempenhada por cada servidor:	Sim
RECURSOS HUMANOS	Recomendado	Indicação da lotação de cada servidor:	Sim
RECURSOS HUMANOS	Obrigatório	Indicação da remuneração nominal de cada servidor:	Sim
RECURSOS HUMANOS	Obrigatório	Tabela com o padrão remuneratório dos cargos e funções:	Sim
RECURSOS HUMANOS	Obrigatório	Existência de informações atualizadas:	Sim
RECURSOS HUMANOS	Obrigatório	Existência de histórico das informações:	Sim
RECURSOS HUMANOS	Obrigatório	Gravação de relatórios em diversos formatos:	Sim
RECURSOS HUMANOS	Obrigatório	Ferramenta de pesquisa específica (que permite pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos):	Sim
DIÁRIAS	Obrigatório	Nome do beneficiário:	Sim
DIÁRIAS	Obrigatório	Ferramenta de pesquisa específica (que permita pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos):	Sim
DIÁRIAS	Obrigatório	Gravação de relatórios em diversos formatos:	Sim
DIÁRIAS	Obrigatório	Cargo do beneficiário:	Sim
DIÁRIAS	Obrigatório	Número de diárias usufruídas por afastamento:	Sim
DIÁRIAS	Obrigatório	Período de afastamento:	Sim
DIÁRIAS	Obrigatório	Motivo do afastamento:	Sim
DIÁRIAS	Obrigatório	Local de destino:	Sim
DIÁRIAS	Obrigatório	Tabela ou relação que explicite os valores das diárias dentro do Estado, fora do Estado e fora do país, conforme legislação local:	Sim
DIÁRIAS	Obrigatório	Existência de informações atualizadas:	Sim
DIÁRIAS	Obrigatório	Existência de histórico das informações:	Sim
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Íntegra dos editais de licitação:	Sim
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Gravação de relatórios em diversos formatos:	Sim
CONTRATOS	Obrigatório	Existência de informações atualizadas:	Sim
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Existência de histórico das informações:	Sim
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Íntegra dos processos de dispensa de licitação:	Sim
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Íntegra dos processos de inexigibilidade de licitação:	Sim
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Íntegra das Atas de Adesão - SRP:	Sim
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Resultado das licitações indicando o(s) vencedores:	Sim
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Resultado das licitações indicando o(s) valor(es):	Sim
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Informação acerca da situação do certame (aberto, em andamento, suspenso, finalizado):	Sim
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Relação das licitações fracassadas e/ou desertas:	Sim
LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ATAS	Obrigatório	Ferramenta de pesquisa específica (que permita pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos) :	Sim
CONTRATOS	Obrigatório	Relação dos contratos celebrados, com o seu respectivo resumo:	Sim

Tribunal de Contas do Estado do Piauí			
Categoria	**Tipo**	**Questão**	**Resposta**
CONTRATOS	Obrigatório	Íntegra dos contratos :	Sim
CONTRATOS	Obrigatório	Íntegra dos termos aditivos:	Sim
CONTRATOS	Obrigatório	Indicação do Fiscal do Contrato:	Sim
CONTRATOS	Obrigatório	Existência de informações atualizadas:	Sim
CONTRATOS	Obrigatório	Existência de histórico das informações:	Sim
CONTRATOS	Obrigatório	Gravação de relatórios em diversos formatos:	Sim
CONTRATOS	Obrigatório	Ferramenta de pesquisa específica (que permita pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos)	Sim
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (RGF)	Essencial	Publica o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) :	Sim
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (RGF)	Essencial	Existência de informações atualizadas	Sim
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (RGF)	Essencial	Existência de histórico das informações	Sim
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (RGF)	Obrigatório	Ferramenta de pesquisa específica (que permita pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos)	Sim
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (RGF)	Obrigatório	Publica o Relatório Circunstanciado do Ano Anterior?	Sim

Assinado Digitalmente pelo sistema e-TCE - TERCIO GOMES RABELO - 14/10/2022 13:02:56
Assinado Digitalmente pelo sistema e-TCE - Fames Borges Mendes - 14/10/2022 13:01:40
Assinado Digitalmente pelo sistema e-TCE - Italo Gabriel Almeida Rocha - 14/10/2022 12:55:42

Assinado Digitalmente pelo sistema e-TCE - LIANA DE CASTRO MELO CAMPELO - 14/10/2022 14:24:13